

UNIVERSIDADE DO MINHO
CEFOPE

CONTRIBUTOS
PARA UMA MONOGRAFIA
DE
~ GALEGOS S. MARTINHO ~

MARIA DE FÁTIMA SALGUEIRO MARTINS

Orientadora: Prof^a Doutora M^a Luísa Amaral Varela de Freitas

BRAGA

1995



UMA
SOBRE / NOVA MONOGRAFIA BARCELENSE
OS DE SÃO MARTINHO DE GALEGOS, DA EX-TERRA DE PRADO
ALGUMAS NOTAS

Trata-se da freguesia sita no eixo que vai de Barcelos a Prado e que dá pelo nome de Galegos S. Martinho. É um trabalho escolar tutelado pela Universidade do Minho. Escreveu-o a ilustre prof^a Salgueiro Martins, uma saomartinense jovem. Acompanhei em parte a feitura desta Monografia.

Aparato exterior: 102 páginas apresentadas em forma de livro com medidas de papel A4.

Divisão interna: Introdução, Adeia, sua história, Hist. Regional, as Coordenadas e contacto com o Couto de Manhente, parcelas da freguesia (lugares), o Orago, mordomos e cabido, Marinha (capela), escolas, a igreja-monumento e o cemitério, infra-estruturas e censos, as 40 Horas, as grandes casas, a diversificada cerâmica e mais indústrias, a Rosa Ramalho e neta, os Autores consultados e vários Anexos (várias fotos a documentar).

Agora já os de S. Martinho podem calar as queixas que a Autora refere: "muitas pessoas comentam que quase nada se escreveu sobre esta terra". Dizer "quase nada" é favor: nada escreveram ou fizeram escrever.

Este estudo insere-se, mostra a Autora, numa linha programada pela Onu (Estocolmo, 1972 (pg 5)). Compulsou Actas da Junta, não refere o Arquivo Paroquial. Pela primeira vez foi usada em profundidade a monografia sobre Manhente da Dra Costa Fernandes (ano de 1968).

Aproveito para informar que, felicissimamente, a Biblioteca de Barcelos tem um exemplar (2 volumes) do estudo desta Dra.

Esta Terra tem em si o Moinho do Frade. Houve nele mesmo um frade? Então quando e porquê? A população multiplicou-se por 3 em 100 anos! Já tem banco e Restaurante. Os da Casa da Bouça (parentes dos de Manhente) comportaram-se quanto a casamentos e filhos como os terratenentes do Nepal; salvas algumas restrições.

Aquela história da Santa Marinha, com feira anual e tudo, é um património que não seria difícil restaurar tanto mais que a ACIB no seu Anuário de 1995, obra de luxo, dá a S. Martinho estes números: ind. Transf-94 empresas, comércio-41, Rest e hotéis-7, Const.-6, de Serviços-6 empresas; ao todo, 157 empresas (pg LV). E dá-lhe a população Residente de 1776 pessoas. É portanto fácil reunir capitais para obter terreno, fazer capela e o mais que é dos Pergaminhos dos de São Martinho. Bsta que se resolvam.

Ficaram bem delineadas as duas batutas que tiveram: O padre João de Deus e o Padre Paulino, ambos sepultados na freguesia.

Peço à Autora que entregue um exemplar à Biblioteca de Barcelos.

E para notícia da obra, chega.

Lisboa 1.7.96
Francisco de Almeida

UNIVERSIDADE DO MINHO

CEFOPE

*Para a
Biblioteca Municipal
de Barcelos. Oferece a
exato pela
Natal de 1995
autora 1992*

CONTRIBUTOS

PARA UMA MONOGRAFIA

DE

- GALEGOS S. MARTINHO -

MARIA DE FÁTIMA SALGUEIRO MARTINS

Orientadora: Prof^ª Doutora M^a Luísa Amaral Varela de Freitas

Projecto apresentado à Universidade do Minho como requisito para a
obtenção do Diploma do Curso de Estudos Superiores Especializados em
Educação Infantil e Básica Inicial no Ramo de Educação Comunitária

BRAGA

1995



*Barcelos
2000*

52021

ÍNDICE

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO.....	4
-----------------	---

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Aldeia.....	8
1.2. A escrita da História.....	14
1.3. História Local e Regional.....	17

CAPÍTULO III

GALEGOS S. MARTINHO : DO PASSADO AO PRESENTE

1. Contexto histórico-geográfico

1.1. Situação geográfica.....	23
1.2. Relação do Couto de S. Martinho de Manhente com Galegos S. Martinho.....	23
1.3. Os lugares da freguesia.....	26
1.4. O Padroeiro - S. Martinho de Tours.....	27
1.5. O Cabido.....	28
1.6. A Capela de Santa Marinha.....	29
1.7. A Escola do Primeiro Ciclo.....	30
1.8. O Jardim Infantil.....	33
1.9. Escola Profissional - Curso de Operadores de Cerâmica.....	33
1.10. Primeira Semana Cultural.....	34
1.11. Cultura e Futuro.....	35
1.12. A Igreja Paroquial.....	35
1.13. O Cemitério.....	38
1.14. Luz Eléctrica.....	40

1.15. Água.....	40
1.16. Saneamento.....	41
1.17. Banho ou Duche.....	41
1.18. Censos de 1864 a 1991.....	42
1.19. Feitos diversos citados nas actas da Junta de Freguesia.....	43
2. Coisas que se contam.....	44
3. Algumas tradições	
3.1. A Queima do Velho.....	48
3.2. Tradição de Carácter Religioso - As Quarenta Horas.....	49
4. Casas com sabor a passado.....	51
5. Indústrias.....	53
6. Serviços.....	55
7. Vida de Rosa Ramalho contada pela neta Júlia.....	57
 CAPÍTULO IV	
CONCLUSÃO.....	61
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
 ANEXOS	69

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O tema " Contributos para uma Monografia de Galegos S. Martinho ", ocorreu-me por ser uma cidadã natural desta freguesia e por ter observado que muitas pessoas comentam que quase nada se escreveu sobre esta terra. Deste modo, natural será que pretenda deixar escritas algumas páginas para as futuras gerações.

Os objectivos e conteúdos da disciplina de Metodologia dos Estudos do Meio Local incentivaram-me a realizar este trabalho, pois desde o princípio deste curso de " Educação Comunitária" permaneceu em mim o desejo de pesquisar algo... Outras disciplinas que se foram seguindo, motivaram-me a fazer um relacionamento Escola- Família- Comunidade- Professores- Alunos. Daí a vontade de cooperar com pessoas da terra para que este estudo se realizasse.

Como professora do 1º Ciclo, a leccionar desde 1988 no 2º do EBM nº 315, senti a necessidade de realizar um projecto sobre " Conhecer a Nossa Terra" visto que já no ano anterior, em 1994, trabalhei este tema com os alunos dos 5º e 6º anos de escolaridade.

De acordo com a Reforma Educativa em curso, o Estudo do Meio ocupa um lugar privilegiado em todos os níveis de ensino, revestindo-se de carácter transdisciplinar no Estudo do Meio no 1º Ciclo do Ensino Básico; interdisciplinar no desenvolvimento de projectos de Área-Escola ou apenas disciplinar, sobretudo no âmbito da disciplina de História.

Com este estudo do meio, há convergência de contributos de várias disciplinas, porque se trata de um espaço vital onde se interligam diversas variantes e se estabelece uma série de relações entre fenómenos que caracterizam as sociedades humanas.

A Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece, para todos os graus de ensino, objectivos de ligação do ensino, da escola, ao meio. Relativamente ao Ensino Básico, o artigo 7º na alínea h, refere que se deve " proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio-afectiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante."

Esta mesma lei pretende que a criança tome consciência do que a rodeia para obter a noção de responsabilidade perante o meio ambiente, a comunidade em que vive e a cultura em que está inserido.

Se o meio ambiente for concebido como um encadeamento de interrelações com elementos físicos, biológicos e humanos, ele representa um papel essencial como elemento de estrutura do espírito da criança, como aquisição de conhecimentos e como instrumento útil para uma pedagogia activa.

Em Estocolmo, em Junho de 1972, as Nações Unidas preconizaram que internacionalmente se fizessem programas sobre a educação relativa ao meio, e que esse estudo fosse interdisciplinar, escolar e extra-escolar, englobando todos os níveis do sistema educativo e todos os agentes intervenientes na educação.

Com este estudo pretendi fazer uma Monografia de Galegos S. Martinho. Procurei estudar aspectos do seu passado, mas em especial do presente; ácerca dos seus monumentos, mas particularmente das suas gentes, suas actividades e tradições.

Considera-se este trabalho um estudo de caso, inclui um estudo monográfico com dados quantitativos sobre a população e actividades económicas. Alguns são dados dos censos da população e outros foram recolhidos por mim. No entanto, os dados qualitativos são predominantes. A sua selecção foi feita com base nos meus conhecimentos e nas informações prestadas pelo meu pai que é um dos bons informantes sobre Galegos S. Martinho. Em partes do texto, como por

exemplo em "Coisas que se contam" e " Vida de Rosa Ramalho" procurei manter os relatos na linguagem em que me foram feitos.

Realizei várias entrevistas formais e informais (Anexo I) a um considerável número de pessoas da freguesia (Anexo II). As fontes primárias mais significativas, nas quais me baseei, foram as actas das sessões da Junta de Freguesia, desde 1878 até aos nossos dias. Apesar deste precioso contributo, elas tornaram-se também motivo de grande angústia, visto se terem verificado lacunas de anos sucessivos sem actas, como nos períodos entre 1889 até 1919 e entre 1951 até 1966, quase meio século sem nada se escrever sobre os acontecimentos quotidianos. Procedi a uma pesquisa bibliográfica, sobretudo nas Bibliotecas Municipais de Barcelos e Braga. Uma das fontes da grande utilidade histórica foi a dissertação de Licenciatura subordinada ao tema " O Couto de S. Martinho de Manhente ".

Este meu trabalho é fruto de uma pesquisa pessoal sobre assuntos não estudados e um aprofundamento de outros com base em fontes escritas e orais, mas longe de se poder designar " Monografia de Galegos S. Martinho ". Chamar-lhe-emos " Contributos para uma Monografia ", pois que muitas questões se levantaram sem obter resposta mas que poderão ser tratadas em estudos futuros.

Este estudo divide-se em duas partes fundamentais e uma pequena conclusão: a primeira visa o enquadramento teórico em que se inclui a evolução de aldeia ao longo dos tempos, alguns conceitos sobre a escrita da História e o valor do património e história local; a segunda parte inclui a monografia desta freguesia.

Ao longo deste trabalho, as sensações foram diversas: primeiro, o abismo, a ideia de querer realizar algo sem nada ter em mãos. À medida que procurava bibliografia e dialogava com pessoas, alguma coisa aparecia, contudo, ia surgindo o receio de pouco adquirir com vista a um trabalho final de um Curso de Estudos Superiores Especializados da Universidade do Minho. No entanto, com persistência foi possível recolher muita informação.

Deseja-se que o resultado desta pesquisa leve os leitores a reflectir o seu passado, a interpretar e compreender o presente, bem como a investigar algo mais para maior enriquecimento comunitário.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Aldeia

Perez (1986) considera que aldeia é o produto original das civilizações rurais do Ocidente medieval: foi no Ocidente medieval que o termo surgiu no século XIII para designar uma realidade extremamente complexa que associa a uma construção de base um território agrícola e um grupo humano, que possui uma personalidade moral e se exprime através de diversas instituições, sobretudo a paróquia e a comunidade rural. Estes elementos são de tal modo indissociáveis que se hesita em decidir se a aldeia é herdada do passado, se é o produto, através das solidariedades agrárias, dos próprios terrenos que a rodeiam ou se foi formada em torno e por causa da igreja, ou ainda em torno e por causa do castelo.

Possivelmente é nas antigas civilizações rurais da Ásia que se podem encontrar formas de fixação e de agrupamento suficientemente próximas das realidades ocidentais para merecer o nome de aldeia, ou nos novos países onde os Europeus, instituindo uma organização paroquial, criaram condições para o desenvolvimento de uma comunidade coerente e duradoura. Mas as relações com a terra, as grandes diferenças sociais, o domínio dos grandes proprietários introduzem, muitas vezes, diferenças subtis que afastam as comunidades extra-europeias do modelo da aldeia. Na América do Norte, por exemplo, a dispersão, característica do território, impede a formação de uma consciência de aldeia.

Não se sabe rigorosamente a data de aparecimento das aldeias. Apenas se tem conhecimento de um registo de nascimento de numerosas aldeias sob forma de forais de fundação, de contratos de subdivisão ou registos de habitação. Muitas aldeias são já antigas, quando começam a constar da documentação escrita, pelo que a primeira alusão a um agrupamento não deve ser confundida com a sua criação.

As aldeias fundadas nos séculos XII e XIII, aquando do grande movimento de aparição das cidades novas, dos novos agrupamentos fortificados, ou ainda das " terre nuove " criadas pelos príncipes no século XVI e no início do século XVII, não faziam mais que reproduzir um modelo conhecido, já bem instituído e completo. A aldeia, como conceito, já tinha surgido.

Membro da aldeia é, antes de mais, aquele que aí reside de forma estável. « A residência... é a característica do aldeão, aquele que o opõe ao hóspede, ao forasteiro. Reconhecida no século XII como típica da pertença ao grupo, ela tornou-se no século XIII obrigatória para se poder usufruir dos costumes ou adquirir uma parcela de terreno » (Frossier 1970 - citado por Perez, 1986, p. 380)

É de salientar a relação que nas aldeias se estabelece entre a casa, a horta e outros terrenos anexos destinados ao cultivo. Outros dados dos registos dizem respeito ao grupo humano, ao qual os fundadores impõem ou reconhecem uma estrutura organizada. A aldeia não podia ser concebida sem uma forte comunidade, o espírito comunitário era uma componente essencial da aldeia.

Mas a que tempo da história será relacionada a aldeia ?

Certamente à sedentarização das pequenas sociedades neolíticas - nas quais aliás os pastores podem ter surgido antes dos cultivadores -, mas essa sedentarização parece bastante relativa. As técnicas agrícolas eram tão rudimentares, limitadas ao emprego de ferramentas de pedra e de madeira, que podemos interrogar-nos se a agricultura alimentava o camponês, e, se este não permanecia acima de tudo um predador.

As sociedades Pré-históricas nunca abandonaram totalmente as formas mais antigas de fixação, o abrigo sob as rochas e a gruta, que chegaram a ter novos surtos de utilização em épocas de diminuição da população, como no início da Idade do bronze, no Ocidente. Globalmente, os povos da Pré- história apenas realizaram formas incompletas de aldeia. (O que não quer dizer que não se lhes possa atribuir uma parte das tradições que estão na origem, mas os « elos ausentes » são ainda demasiado numerosos para permitir mais do que hipóteses.)

Aquilo a que se chamou a « revolução urbana », que coincide com os começos da História, teve efeitos negativos sobre o conhecimento dos habitats rústicos, pelas suas consequências para a condição camponesa. O aparecimento de um novo tipo de aglomeração, permanente e dotada de construções, que não apenas casas, mas também templos, palácios, celeiros, entrepostos e ateliers, foi acompanhado pela sujeição dos agricultores, atirados para o último degrau da sociedade. O templo foi açambarcando as terras, e os celeiros do rei-deus foram-se enchendo com o excedente agrícola. A cidade, nas mãos de uma cidade aristocrática, foi buscar o seu alimento aos campos submissos. E os agricultores caíram na sombra e sobressaiu, a partir daí, a cidade com os seus grandiosos templos e monumentos.

Algo se passou entre a época das Villae, com os Romanos, e a das aldeias, uma metamorfose se verificou em dado momento. A primeira explicação consiste em tornar os bárbaros responsáveis por esta mudança. O medo que eles inspiravam teria levado os homens a agruparem-se, para se defenderem melhor.

Pode dizer-se que foram os bárbaros que reintroduziram a aldeia, ignorada pelo mundo antigo.

Na Idade Média, para designar a aldeia, quase sempre se usou o termo Villa, do qual deriva Village "aldeia". Nesta época a aldeia mostra-se fortemente estruturada em torno de eixos de circulação, em torno da igreja ou de uma habitação senhorial; os seus edifícios constituem verdadeiras casas construídas para durar, dotadas de solos pavimentados, portas sólidas, salas com estabilidade, às vezes uma chaminé, compostas de várias divisões distribuídas com funcionalidade, e, por vezes, com um andar. Estas aldeias dos séculos XIII - XIV, pela sua organização e pelas suas construções, evocam, já de modo notável, a aldeia subactual.

Entre a igreja e o castelo há papéis adversos. O castelo inspira medo, violências e exacções, enquanto que a igreja é lugar apaziguador e unificador. É de salientar ainda que o edifício religioso foi durante muito tempo o único «

monumento » da aldeia; era igualmente o edifício mais antigo. Os sinos ritmavam as actividades dos campos e a igreja estava no centro da vida comunitária : local de refúgio, armazém ocasional, locutório, era ela própria um cemitério. E as instituições paroquiais, a « fábrica » e as confrarias, contribuíram, sem dúvida, para modelar a aldeia, dar-lhe a sua personalidade, a sua « independência espiritual e temporal » (Le Bras, 1976 - citado por Perez, 1986, p. 391)

A comunidade aldeã, através das suas assembleias e dos « magistrados » nomeados ou eleitos, antes de assumir encargos cada vez mais numerosos, ou seja, os que o Estado fez em seguida recair sobre ela, tinha entre as suas funções organizar o ritmo das culturas e dos trabalhos, velar pela ordem dos campos, designar o pastor comum. No entanto, a comunidade só aparece tardiamente na documentação, quando da redacção das cartas de franquia, ou por ocasião de contestações surgidas entre o senhor e os aldeões, ou entre aldeias. Neste momento da história, ela já está sem dúvida totalmente estabelecida, com vida e força suficientes para lidar com o domínio senhorial e para se impor a este.

A aldeia, uma vez criada, mostrou uma longevidade notável, visto que ainda resiste às mutações que o século XX imprime à vida rural. Esta robustez da instituição da aldeia está na origem da fé, tão difundida e persistente, no imobilismo e na perenidade das coisas da terra. No entanto, esta resistência não se fez sem uma certa rigidez, gerando em seu redor constrangimentos que vieram perturbar a adaptação das sociedades camponesas às novas condições económicas e técnicas. « As aldeias e os edifícios que a constituem formam uma estrutura espacial, mais ou menos fechada, e delimitada, ao mesmo tempo protectora e opressora, que segrega a sua própria ecologia (espaço vital, estados patológicos, bloqueamentos técnicos...). Acima de tudo, a aldeia sobrevive às comunidades sucessivas, o que gera graves desfasamentos entre a estrutura e a função. » (Bertrand, 1975 - citado por Perez, 1986, p.393)

A organização do espaço da aldeia permaneceu intacta durante séculos. A planta de uma aldeia abandonada no século XIV é exactamente igual à que

encontra mos nas localidades vizinhas que sobreviveram. E quando podemos, a partir dos dados de um cadastro, por exemplo, restituir à aldeia medieval os seus espaços de circulação e os seus espaços construídos, verificamos que quase nada mudou verdadeiramente até aos finais do século XIX: até os nomes das ruas atravessaram os séculos.

Manteve-se, durante muito tempo, a hostilidade aos «de fora», nascida da obrigação de residência. E as solidariedades agrárias opuseram-se às veleidades do individualismo camponês, assim como à evolução das técnicas agrárias; se essas dificuldades foram superadas, foi em proveito do senhor e de burguês, e não em benefício do aldeão, ao qual fizeram perder algumas das vantagens do sistema, reduzindo os usos comuns. A comunidade viu-se progressivamente coberta de encargos e de responsabilidades criadores de tensões: o estado apoiou-se nela, transformou-a na célula de base da sua fiscalidade, obrigando-a a assumir a repartição e a recolha de impostos, forçando-a à solidariedade perante o imposto, delegando nele a obrigação de designar os novos recrutas militares. E ao mesmo tempo punha-a sobre tutela, retirava-lhe uma parte da sua independência, tirando proveito das dificuldades financeiras da aldeia. Várias crises foram surgindo nas histórias das aldeias, mas voltou mais tarde a ser feita a pulverização das causas e foi de novo estabelecido o longo catálogo dos fenómenos acusados de ter provocado a morte das aldeias: a guerra, o êxodo rural, a deterioração do clima, vindo juntar-se ao despovoamento e aos fraccionamentos fundiários.

No entanto, dois factores parecem certos: os abandonos atingiram com maior intensidade as regiões com fraca densidade populacional e aquelas em que a instituição da aldeia não estava solidamente implantada. As crises normalmente são selectivas: apenas atingem habitats já enfraquecidos, muitas vezes de função recente e quase sempre de dimensões reduzidas.

As mutações foram muitas, ao longo da História, mas as aldeias permanecem, fruto de um esforço humano, social e comunitário e acima de tudo,

duma memória individual e colectiva, que as tradições aldeãs cultivam e herdaram dos seus antepassados e deixam a seus descendentes.

Assim, " em todas as sociedades os indivíduos detêm uma grande quantidade de informação no seu património genético, na sua memória a longo prazo e, temporariamente, na sua memória activa" (Goody, 1977 - citado por Le Goff, 1984, p.12)

No estudo da memória histórica é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente escrita e às fases de transição da oralidade à escrita, a que Jack Goody chama « a domesticação do pensamento selvagem».

Com o desenvolvimento da escrita, certas memórias vivas transformaram-se em arquivo.

Durante muitos séculos, os reis apenas tiveram pobres arquivos ambulantes. Com a expansão das cidades, constituem-se os arquivos urbanos, cuidadosamente guardados por membros municipais. A memória urbana, para as instituições nascentes e ameaçadas, torna-se verdadeira identidade colectiva, comunitária.

Entre as manifestações significativas da memória colectiva encontra-se o aparecimento, no século XIX e no início do século XX, de dois fenómenos. O primeiro, a seguir à I Guerra Mundial, é a construção de monumentos aos mortos. Em numerosos países é erigido um túmulo ao Soldado Desconhecido, proclamando sobre um cadáver sem nome, a coesão da nação em torno da memória comum. O segundo é a fotografia que revoluciona a memória : multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo guardar a memória do tempo e da evolução cronológica.

A memória colectiva sofreu grandes transformações com a constituição das ciências sociais e desempenha um papel importante na interdisciplinaridade que tende a instalar-se entre elas. Cada uma destas novas ciências deu-lhe um cunho pessoal de modo que a antropologia histórica constitui um dos desenvolvimentos recentes mais interessantes da ciência histórica.

Para concluir, dir-se-á que a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou colectiva, cuja busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.

1.2. A escrita da história (1)

Há três momentos da elaboração do discurso histórico: 1. o exame do passado através das suas marcas; 2. a representação mental que desse exame resulta; 3. a produção de um texto escrito ou oral que permite comunicar com outrém.

Falando do passado, os documentos só têm sentido quando inseridos numa totalidade, que é a existência do homem no tempo.

A História sempre exerceu sobre os homens um irresistível fascínio. Este fascínio resulta de o homem estar convencido que pode encontrar no passado algumas das respostas fundamentais acerca de si próprio. Procura-se explicar muito do que hoje se é pelo que ontem foi, e como foi. A ignorância ou o desprezo do passado correspondem à tentativa absurda ou perigosa de anular a posição anterior, ou de querer negar o real.

Segundo Mattoso" o discurso, mesmo científico, acerca do passado, não é a sua imagem fiel, mas uma expressão do que o seu autor pensa acerca da Humanidade. Não basta, para isso, estudar os documentos escritos; é preciso procurar o passado também na paisagem, nos monumentos, nas iluminuras, nos jogos, nos contos, no imaginário colectivo, nas técnicas artesanais, nos pelourinhos, nos barcos de pesca, nas terminologias das formas de tratamento pessoal, na paginação dos livros, nos brinquedos, na moda, enfim, em tudo. Tudo tem uma espessura diacrónica."(1988, p.21)

Do passado só interessa aquilo que permite compreender e viver o presente. Para conhecer não basta compreender uma pequena parcela, há necessidade de

(1) Seguiu-se, de perto, Mattoso (1988, p. 15 - 55)

conhecer o todo, não em todos os pormenores, mas como uma totalidade, na qual temos de nos inserir.

Diz o autor que " não se pode escolher da História só aquilo que agrada, mas também o que incomoda, ou até o que põe em causa as suas próprias ideias, nas sucessivas interpretações que, nas diversas fases da vida, vai dando à realidade." É da comparação do presente com o passado, que resultam as principais alterações acerca da maneira de ver a sociedade e o mundo. Sendo assim, " a História não é a comemoração do passado, mas uma forma de interpretar o presente. " (1988, p.22)

A História destina-se a tentar demonstrar que existe uma ordem no mundo e que a descoberta mais importante é a repartição de existência em passado e presente para encontrar as razões profundas dos movimentos colectivos.

É necessário apoiar a História em longas análises e na investigação acumulada por outros exploradores do passado que o fizeram durante longas gerações.

Comunicar é a última fase da elaboração do texto histórico. A palavra, o texto, é que a fundam, a instauram, lhe dão vida. A palavra recria o mundo, tira-o do caos para o cosmos. A palavra humana é força criadora porque é encarnação do logos eterno no tempo.

É interessante evidenciar que " o texto histórico terá de ser rigoroso, objectivo, bem fundamentado, mas também claro, comunicativo, sugestivo, fundador de harmonia, construtor de evidências que seriam como que a expressão do reconhecimento da ordem cósmica ou da potência criadora do logos. "(1988, p. 27)

O historiador, ao produzir o texto sobre algo que diz respeito ao homem, já não pertence ao seu criador. Passa a fazer parte da história da Humanidade.

A escrita em História é um discurso pessoal. Nenhum discurso, porém, por mais completo que seja, pode jamais esgotá-la.

Para que a História se mantenha viva tem de ser constantemente renovada, tornar-se ela própria passado, objecto de outras experiências, estar sujeita ao tempo. Mas a História não é a realidade. A escrita não é senão um conjunto de palavras evocadoras de sons que pretendem lançar uma ponte entre o sujeito e a realidade. Estes sons convidam a descobrir a realidade. Não podem encerrá-la nem dominá-la.

O texto histórico, segundo o autor, " é como a palavra de João Baptista no deserto que dizia acerca de si próprio, como anunciador do Messias : ' é preciso que Ele cresça e eu diminua.' (Jo.3,30) Cumprida a mediação, tem de se reduzir ao silêncio."

Ao escolher como objecto o passado da Humanidade, a História pretende abrir o acesso ao mistério insondável do Homem na sua relação consigo mesmo e com o Universo, servindo-se para isso da sua inserção no tempo. Pretende fazê-lo, não tanto por meio de uma impossível narrativa completa das suas acções, mas através da reconstituição das relações que desencadeiam os movimentos de massa ou o papel dos indivíduos nesses movimentos. Quer fazê-lo através do estudo da própria escrita da História e das sucessivas interpretações que as diversas civilizações foram dando ao universo visível e invisível, com o intuito de o dominar ou de com ele viver.

Deste modo, surgem em História, as unidades regionais no interior dos países e as grandes áreas transnacionais ou os complexos histórico-geográficos.

Para reconstruir os mecanismos sociais do passado torna-se necessário observar as condições materiais da vida humana, as crenças fundamentais, as relações sociais. Para isso, não podemos usar como referência os conceitos e padrões de comportamento actuais. Temos de reconstituir os do passado.

Tudo isto obriga, todavia, a levantamentos complexos da documentação disponível, à reorganização sistemática dos arquivos, ao alargamento da análise às fontes não escritas, quer sejam as da arqueologia, quer as da iconografia, ao uso

de novas técnicas de análise, como a fotografia aérea, a dendrocronologia, etc... e a classificação orgânica dos dados com novos processos gráficos e cartográficos.

Técnicas, métodos e programas que se tornam muito dispendiosos. A História, assim, transforma-se numa verdadeira indústria que movimenta uma quantidade de pessoas e de recursos cuja rentabilidade não é evidente para toda a gente.

1.3. História Local e Regional

Segundo Manique e Proença (1994), encarando os problemas ligados à História numa perspectiva do Ensino /Aprendizagem, descendo aos programas de História, a conciliação entre o saber e o saber fazer, a prática investigativa a realizar pelos alunos, a consciência dos problemas da sociedade em que se inserem, bem como a concretização dos conteúdos programáticos, aconselham uma orientação decisiva para o estudo dos fenómenos históricos locais, como forma de desenvolver nos discentes capacidades de análise crítica das realidades envolventes da Escola, de lhes facilitar a estruturação do pensamento e de lhes fornecer um quadro de referências que os ajude a tomar consciência do lugar que ocupam no processo de evolução espaço-temporal das comunidades local a Nacional.

O desconhecimento da história de uma localidade ou região, condiciona a prática lectiva do professor que deseje orientar os alunos para o seu estudo. A investigação é, regra geral, o único caminho a percorrer por docentes e estudantes que desejem conhecer melhor o meio envolvente da Escola e que decidam arrastar com as dificuldades resultantes da falta de tempo e de meios, da incompatibilidade de horários, da desorganização dos arquivos locais e, muitas vezes, da própria incompreensão daqueles que, habituados a métodos tradicionais, encaram com desconfiança qualquer actividade educativa que não se limite ao interior da Escola.

E a recuperação das memórias locais e a articulação entre estas e a memória nacional permite a compreensão de problemas que, sem o estudo do meio, não passam de abstracções difíceis de situar, por parte dos alunos, no processo histórico das comunidades em que se inserem.

Vive-se hoje uma falta de identidade a vários níveis. São os meios de comunicação que nos põem em contacto permanente com múltiplos dramas da Humanidade e, constantemente também, os adolescentes são confrontados com atitudes, costumes e formas de vida para os quais não estão preparados. A desestruturação familiar (fonte importante de memória) contribui certamente para os problemas de identidade dos jovens nas nossas escolas.

A união entre as diversas pessoas da comunidade educativa, e entre as suas respectivas funções, não anula a identidade de cada uma delas. O encontro de pessoas e acções, desde que respeite a essência e a organização do ser, desenvolve os organismos perfectivos que cada indivíduo possui e aumenta a onda expansiva da sua acção, que toma então características de universalidade.

No modo de ver de Manique e Proença, " [U]ma identidade constrói-se a partir do conhecimento da forma como os grupos sociais de pertença viveram e se organizaram no passado, mas também da verificação da forma como se estruturam para fazer face aos problemas do presente, tendo uma componente que aponta para o futuro, pelo modo como este se prepara através da fixação de objectivos comuns ." (1994, p. 24)

Se o conhecimento histórico é indispensável na construção da identidade, sob o ponto de vista pedagógico-didáctico é importante ter em conta o tratamento da memória longa das populações, que nos permite explicar diferentes ritmos de evolução, o estudo da memória colectiva de diferentes grupos de pertença, a pesquisa das memórias locais nos seus diferentes âmbitos e durações, a reabilitação da memória do trabalho e a memória do tempo curto, do acontecimento, que caracteriza o estudo da história do século XX. (1994, pp. 24-26)

Nos estudos de historia local devem ter lugar as fontes arquivísticas. Quando bem exploradas e correctamente aproveitadas, são um excelente recurso para desenvolver um trabalho de projecto que servirá para a formação do professor e para a orientação dos alunos - isto no caso do projecto de escola - .

O recurso à história oral, estudo por excelência das memórias não escritas, a exploração do património construído ou natural, a toponímia designativa de locais de memória, são subsídios riquíssimos para a elaboração do estudo do meio local.

A história local e regional evita o erro de se considerar o nacional como um todo homogénio, o que produz uma percepção desfocada e distorcida da dinâmica das sociedades.

O território português constrói-se de pequenas parcelas - regiões - que enriquecem o todo - nação - mas este todo não vive sem a particularidade e riquezas contidas nestes pequenos mundos que transformam o universo. Todas as manifestações humanas são passíveis de uma abordagem de âmbito local.

O professor tem um papel difícil a desempenhar, pois " embora tenha a obrigação de corrigir erros ou falsas conclusões, deve promover a autonomia dos alunos para que estes sejam os próprios construtores dos conhecimentos adquiridos e por meio do seu trabalho, possam aperceber-se da especificidade do meio em que estão inseridos e da sociedade que os rodeia, compreendendo, assim, a sua condição de agentes históricos. " (Manique e Proença, 1994, p.28)

São muitas as manifestações que nos subsidiam o estudo do meio local como festividades, tradições, a educação, a religiosidade, o folclore, a literatura existente, as personalidades do passado e do presente que exerceram funções positivas, ditados, lendas e vocabulário característicos.

A imprensa local é outro meio que faculta o estudo da localidade pois esta transmite informações actualizadas e acessíveis, desperta e mantém o interesse dos jovens ao longo do trabalho, isto porque as notícias transmitidas são, geralmente, de pessoas e factos conhecidos dos alunos. Com este meio de comunicação social, os alunos, além de recolherem informações, desenvolvem

capacidades tais como : aprender a consultar obras numa biblioteca, elaborar diversos tipos de fichas, criar hábitos de leitura e pesquisa, seleccionar conteúdos mais importantes dentro de uma mesma notícia, distinguindo entre o essencial e o acessório.

O ensino deve caminhar a par com a investigação e a escola, cada vez mais deve procurar inteirar-se do que se passa ao seu redor e no mundo que todos os dias chega à casa de cada um. A escola, como meio socializante, para dar frutos rentáveis, tem que viver os problemas e tensões do tempo presente e ajudar os jovens a resolver o que estiver ao seu alcance.

Conhecer para agir assume particular importância nos nossos dias. A defesa do património cultural impõe-se, visto ser um bem que pertence a todos. Um papel insubstituível, neste sentido, cabe à escola ao formar cidadãos livres e responsáveis das acções que empreenderão a nível local e posteriormente a nível nacional.

Todo o meio, rural ou urbano, possui uma história e um património observável pelos objectos e construções que atestam a existência do passado que se relaciona com a compreensão do presente.

Se os alunos estudarem os bens patrimoniais, estes deixam de ser meras construções antigas e adquirem, para os jovens que as estudam, o significado simbólico da evolução temporal da sociedade em que se inserem. Diz-se que só se ama o que se conhece, também só se defende aquilo a que se atribui valor, ainda que imaterial e colectivo, mas fundamental para nos situarmos no espaço e no tempo e para nos compreendermos a nós próprios enquanto cidadãos membros de uma comunidade com uma história, uma língua, tradições e valores comuns, em suma, com uma identidade cultural própria.

No entanto o estudo do meio não se deve esgotar no estudo dos monumentos. O tratamento dos aspectos económicos locais, isto é, dos fenómenos referentes à produção, à circulação e ao consumo de bens, além de permitir a concretização de temas de história económica dos novos programas,

constitui um campo propício ao desenvolvimento de capacidades de investigação e de compreensão dos processos de evolução social, confrontando os jovens estudantes com a necessidade de procurarem o sentido das permanências e das mudanças que explicam a realidade presente e conferem significado às formas de existência material das comunidades humanas." (Manique e Proença,1994, p. 86)

O estudo do meio não pode ignorar o problema ambiental que vem já do século passado mas, " as indústrias modernas aceleraram a degradação do ambiente e trouxeram para o primeiro plano os problemas ecológicos." Algumas indústrias provocaram fortes reacções das populações locais, visto perturbarem o ar atmosférico, a poluição nos solos e nas águas dos rios que passavam límpidas noutros tempos. Para concretizar o saber popular e erudito " impõe-se o recurso a fontes diversas, que vão dos arquivos das empresas aos jornais locais, passando pelas estatísticas industriais e comerciais, pelos anuários e pela auscultação da memória colectiva das populações, através dos métodos da história oral." (Manique e Proença, 1994, p.94)

"Sem querer estabelecer distinção entre cultura erudita e cultura popular, dir-se-à, contudo, que qualquer cultura nacional enraíza no povo. Os Românticos compreenderam isto no século XIX utilizando os traços populares nas suas obras, dourando-os pelo seu estilo. Na nossa época, marcada pelo cientifismo, é tempo de recolher, comparar, sistematizar e devolver ao povo aquilo que é pertença sua em especial, e de oferecer aos habitantes de toda uma zona aquilo que a marca, que explica o presente. Mas conhecer uma terra implica localizá-la geograficamente e na globalidade de uma zona; interpretar a paisagem envolvente; compreender os hábitos, as crenças e os esquemas de vida do seu povo. E é assim que há sempre um Portugal desconhecido..."
(Guadalupe e Alexandre, 1988, pp.61 - 62)

A mais pequena aldeia tem a sua história. O professor pode contribuir dessa história local e regional, podendo, ao mesmo tempo, desenvolver a construção da cidadania.

Este trabalho é um contributo para a escrita da história da pequena mas laboriosa aldeia de Galegos S. Martinho nos múltiplos aspectos que a construção da história local envolve.

CAPÍTULO III

GALEGOS S. MARTINHO : DO PASSADO AO PRESENTE

1. Contexto Histórico-Geográfico

1.1 Situação geográfica

Galegos S. Martinho é uma das freguesias do concelho de Barcelos que tem de área 310 ha e confronta, a Norte, com as freguesias de Oliveira e Roriz; a nascente, com as da Lama e Areias S. Vicente; a poente, com a de Galegos Santa Maria e a Sul com a freguesia de Manhente. (Anexo III)

Situa-se, na sua grande maioria, num vale, tendo a Norte o Monte do Facho e a Sul o chamado Monte de Bois, junto ao qual passa o Rio Cávado. A parte Norte da freguesia é muito acentuada o que dificulta muito a construção, mas mesmo assim, há casas no lugar do Ouro que se localizam em cima de penedos. A parte Centro e Sul é plana e o ambiente arejado. É onde existe a maior concentração de fábricas de artesanato e comércio, visto os terrenos serem planos e facilitarem as construções.

A situação geográfica é óptima em relação a acessos à sede do concelho, à capital do distrito e ao mar. Fica a cerca de 6 Km de Barcelos; 13Km de Braga e 17Km de Esposende. Atendendo a que se situa no litoral Norte o seu clima é ameno durante todo o ano, chove bastante o que permite que as culturas se desenvolvam nas três estações (Primavera, Verão e Outono).

1.2. Relação do Couto de S. Martinho de Manhente com Galegos S. Martinho (2)

Os lugares próximos de Galegos S. Martinho foram habitados desde tempos pré-históricos. A Citânia de Roriz a norte do Couto de S. Martinho de Manhente

(2) Dados retirados da Dissertação da Licenciatura de Fernandes, 1968

teve o seu " opidum " no Monte do Facho, situado nas redondezas desta freguesia. Há notícias de que na chamada Eira dos Mouros havia uma pia de pedra que faz supor que perto dela existia alguma oficina de olaria. " Nos seus limites está uma serra com um monte de acentuada elevação que vai de Norte a Sul, no comprimento de um quarto de légua, nos confins da freguesia de Alheira e que toma o nome de Nuani bem como da serra do Justo. No alto desta serra há vestígios e alicerces da grossa pedraria que consta ter sido a cidade de S. Nuani que fora habitada pelos Mauritanos." Fernandes (1968, p. 27)

Segundo a tradição, o Mosteiro de S. Martinho de Manhente foi fundado no século VI por Theodomiro, rei dos Suevos e por S. Martinho, primeiro Bispo de Dume. (Vieira, 1884,p.3)

As terras de S. Martinho de Manhente foram coutadas a Gomes Ramires por D. Afonso Henriques. A carta de confirmação do Couto pertenceu a Gomes Ramires e aos frades Beneditinos. Foi passada no Castelo de Faria por Dom Affonso de Consentim. (Vieira, 1884) Este Couto que abrangia uma área de 651 hectares, compunha-se das paróquias de S. Martinho de Manhente e de parte das freguesias de Tamel (S. Veríssimo), Galegos (S. Maria), Galegos (S. Martinho) e Areias (S. Vicente).

A delimitação do Couto é, pois, dada pelos pontos expressamente referidos na carta respectiva e que passam a indicar-se para a determinação dos limites: Rio Negro, Monte dos Bois, Moinho do Frade, Boca que parte os lugares de Vilarinho e Real, Vale do Talho, Esqueiro (" Escairo " ou " Escarico "), Penelas, elevação que parte a Vila do " Nega " (ou " Vila de Onega ") do Mosteiro de S. Martinho de Manhente com a Vila de S. Veríssimo, e Vila das Pontes. Fernandes (1968,p. 47)

" Caminhando pelo sopé do Monte dos Bois por onde corre o Ribeiro das Valinhas vindo do Monte do Facho, encontramos o Moinho do Frade (ou Moinho do Saúl), já no lugar de Real da Freguesia de Galegos (S. Martinho), localizado naquela linha de água. Prosseguindo dali, na depressão orográfica do terreno e, entre os lugares de Vilarinho e de Real, onde se situam as eiras de cultivo e de mato que na matriz predial rústica de

1888 desta freguesia de Galegos (S. Martinho) se designam umas vezes por " Leiras do talho ", outras por " Bouças do Talho " e ainda por " Campos do Talho ", depara-se -nos todo este conjunto de propriedades que tomam o nome de " Vale do talho ", que se estende pelo lugar de Gandarinha que hoje constitui pequeno aglomerado populacional. Este lugar de Gandarinha, como se pode observar dos lugares existentes no Couto e no Concelho de Prado, só aparece tardiamente, assim como outros a que se aludirá mais tarde. Percorrendo o " Vale do Talho " na direcção Poente -Nascente, surge-nos uma grande extensão de terra plana dividida em eiras e campos cujas propriedades conservam, ainda hoje, os nomes de " Esqueiro " - tal como se encontram identificadas na matriz predial a que se alude." (Fernandes 1968, p. 48)

Dos moradores da freguesia de Galegos (S. Martinho) recebia a Coroa por terras reguengas dispersas na freguesia 1/3 do Outono e 1/2 do cereal cultivado ano a ano conforme o que oferecessem ao mordomo régio. Estes rendimentos não foram negados. Em Gomariz a " Voz e coima " eram do Rei e família tal como em Galegos (S. Martinho) e ao contrário de Areias (S. Vicente) na qual toda a " Voz e coima" pertenciam ao Arcebispo de Braga, bem como a fossadeira e direituras - pequenas quantidades de géneros predeterminados. (Fernandes, 1968,pp. 59-60)

Em Galegos (S. Martinho) pertenciam ao Mosteiro diversas searas (pedaços de campo) e quatro casais. A Igreja trazia arrendado um campo reguengo do qual pagava à Coroa sete quairas de milho pela medida velha a título de censúria. Existiam mais terrenos reguengos dados a cultivar anualmente por afreção , isto é, conforme as ofertas para a entrada e a renda de 1/2 de milho miúdo, 1/3 de centeio e cada cultivador pagava 1 frango e 20 ovos; 1/3 dos cereais, 1 frango e 20 ovos por cada cultivador era também o que pagavam ao Rei em Areias de S. Vicente.

São Martinho de Galegos era uma vigararia com 70.000 reis de rendimento para a mitra. Em 1758 Galegos (S. Martinho) possuía 150 vizinhos. Fernandes (1968, p.61)

O Couto foi suprimido em 1834, mas só foi entregue à Câmara de Barcelos em 1837. De referir que Galegos S. Martinho pertencia ao Concelho de Prado. " Esta villa era cabeça de um concelho muito antigo, com comarca, paços de concelho, juiz e mais empregados, e pertenceu antigamente à comarca de Vianna. Este concelho foi suprimido em 24 de Outubro de 1855. Tinha 2200 fogos. " (Pinho Leal, 1874, p.648)

A partir desta data, Galegos S. Martinho, faz parte das 89 freguesias do Concelho de Barcelos.

1.3. Os lugares da freguesia (3)

Em Galegos S. Martinho existiam sete lugares, segundo consta no documento do Couto de S. Martinho de Manhente. Afirma Fernandes que esta freguesia " estava sujeita a duas jurisdições : no cível, crime e órfãos, relativamente aos lugares da Igreja, Campos, Bouça e Vilar às justiças de Prado; no cível e órfãos e quanto aos lugares de Telheira, Vilarinho e Real, ao Juiz ordinário do Couto de Manhente." (1968, p.26)

Isto significa que em relação aos quatro primeiros lugares era o concelho de Prado quem fazia justiça e os três últimos lugares eram controlados pelo abade do Couto de S. Martinho de Manhente. O Rei só intervinha em casos extremos de homicídio.

Nos censos de 1991 constam oito lugares: Cova, Gandarinha, Igreja, Ouro, Real, Souto de Oleiros, Vilarinho e Linhar. Possivelmente, anexaram uns a outros, porque na realidade a população identifica dezasseis lugares: Igreja, Campos, Bouça, Telheira, Vilar, Outeiro, Souto de Oleiros, Ouro, Penelas, Linhar, Gairos, Real, Cova, Vilarinho, Gandarinha e Rôxa.

(3) Fonte: Junta de Freguesia de Galegos S. Martinho

Dois destes lugares Penelas e Souto de Oleiros fazem parte, simultaneamente, da freguesia de Galegos S. Maria e Galegos S. Martinho.

Os lugares do Ouro, Linhar, Gairos, Gandarinha e Cova são os mais recentes, mas, neste momento, há um outro em fase de urbanização - Rôxa - que já consta da lista dos lugares da freguesia.

1.4. O Padroeiro - S. Martinho de Tours (Bispo 317 - 397)

Filho de um tribuno romano, Martinho nasceu na Panônia (Hungria) e alistou-se muito jovem no exército imperial. Abandonando a milícia após ter recebido o baptismo, foi para a Gália a fim de se tornar discípulo de Santo Hilário de Poitiers. Levou vida eremita numa ilha; depois, a conselho de Hilário, fundou em Ligugé o primeiro mosteiro de todo o Ocidente. Enviou seus monges à obra missionária. Em 375 foi escolhido para Bispo de Tours. Contemporâneo de S. Ambrósio, imitou-lhe o zelo, tornando-se um dos fundadores da Igreja da Gália. Ergueu o Mosteiro de Marmoutier, no qual preparava os jovens para o sacerdócio, tendo dado muitos Bispos à nação. Peregrinava de aldeia em aldeia, desenvolvendo eficiente apostolado entre pastores e camponeses, criando paróquias rurais. Foi um dos primeiros santos não mártires a ser honrado na liturgia.

Viajava com pouca bagagem, seguido sempre de vários monges, algumas vezes em burro, mas geralmente a pé ou de barco; orava, pregava, fazia muitos milagres e boas obras, convertia famílias e tribos inteiras, destruía templos e ídolos, construindo no seu lugar mosteiros e igrejas, organizava as suas conquistas e deixava monges ou padres por toda a parte para continuarem a sua obra.

Quando jovem oficial em Amiens deu metade da capa a um pedinte nu em que foi levado a reconhecer Cristo que lhe disse : « Martinho apesar de somente catecúmeno, cobriu-me com a sua capa.»

A popularidade de que gozou, mormente na França, está evidenciada por um dado estatístico : mais de 3600 igrejas e mais de 480 povoados franceses escolheram-no como seu patrono. (Attwater, 1965, pp.287 - 288; Silveira, 1982, pp. 150-151)

1.5. O Cabido (4)

Ao pesquisar as actas da Junta de Freguesia desta aldeia, encontra-se logo nas primeiras (de 20 de Outubro de 1878) um tema interessante não falado nesta localidade. Aborda o arranjo do coberto do cabido junto da igreja paroquial.

Mas que é isto de cabido ?

Segundo Ribeiro " tratava-se por 1816, na reunião de meia dúzia de fregueses - Este Acto da Mesa - isto é, da gerência da Confraria ou Associação do Sobsino.

E Cabido vem de capítulo, que era uma reunião de cónegos ou de religiosos para tratarem de algum assunto especial ". (1994, p.124) Hoje, Cabido, é expressão usada para indicar os Mordomos que recebem a cruz, cada ano.

Possivelmente o " coberto de cabido " era onde o Mordomo recebia a cruz e dava a sua " nicha " ao povo da paróquia. " Nicha " é o bocado de pão dado às pessoas presentes pelos familiares e amigos do Mordomo.

Numa acta de 2 de Fevereiro de 1886 surge uma pequena contenda em que o Mordomo se nega a cozer o pão em sua própria casa. A Junta de Freguesia assume este acto. O Mordomo reparte-o pelos paroquianos.

(4) Se houver alguém curioso em saber algo mais sobre este tema do passado e do presente de algumas freguesias, consulte o livro citado das páginas 116 a 126.

1.6. A Capela de Santa Marinha

Uma memória paroquial de Galegos S. Martinho de 1758 refere uma capela de vocação de Santa Marinha administrada pelo pároco e pertença dos fregueses, conforme consta num documento existente na Torre do Tombo em Lisboa, fornecido pelo Sr. Doutor Juíz Francisco de Almeida.

Ao consultar testemunhas que foram à festa de Santa Marinha e que dialogaram com pessoas mais velhas (compadres, pais e outros familiares) soube-se que a capela era noutro lugar, junto da casa dos caseiros onde existiam uns arbustos altíssimos e hoje são moradias de netos do Sr. Ernesto da Silva Campos.

Fonseca, (1987, p. 264) diz que " o antigo edifício, [capela de Santa Marinha] caíndo em ruínas, foi demolido aí por 1890, aproximadamente, e em 1906 construído o actual, perto do sítio onde existia aquele, pelo Sr. Joaquim da Silva Campos, natural desta freguesia, um dos que mais concorreu para as obras da igreja paroquial. "

A Capela de Santa Marinha, tendo sido arrolada em 1912 como um bem pertencente à igreja, foi comprada em praça pública pelo seu actual proprietário, o Sr. Ernesto da Silva Campos. Como a Junta viveu quase sempre com problemas económicas, e sabendo o Sr. Ernesto que aquela necessitava de dinheiro, para a compra de terreno da Escola Primária, ofereceu a quantia necessária para essa obra.

Para se saber concretamente o que se escreveu sobre esta capela, pode consultar-se actas que se encontram em anexo IV e que descrevem os factos ocorridos, entre eles, a retirada da tribuna e altar, a passagem da capela para a posse do Estado e as artimanhas usadas para ser conseguido este bem.

O dia dedicado a Santa Marinha é o 18 de Julho e a feira era realizada no dia anterior à festividade da Santa. Algumas agendas, concretamente as de 1951 e 1973 referem o dia de Santa Marinha.

Há mais que uma versão no que concerne à última festa realizada na capela e à balbúrdia desse dia. Não foi possível saber a data com exactidão. Deve ter sido por 1920, atendendo à idade e aos factos com que relacionam estes episódios. Uma das versões diz que no fim da procissão o Sr. Campos deu um tiro na bandeira da Senhora, furou-a e pôs todo o povo revoltado. Formou-se um ajuntamento de pessoas para o agredir, mas o dito senhor cavalgou velozmente pelo meio da multidão que lhe deu toda a largueza para ele seguir até Braga.

Outra versão é que se constou no fim da festa que o senhor Campos iria para Lisboa fazer a escritura da compra da capela. O povo revoltou-se, saiu ao caminho e não deixou passar um seu feitor que preparou o cavalo e desceu pela quinta, saltando muros e arames e encontrou-se com o seu senhor que o esperava na estação de caminho de ferro. Este levava documentos relacionados com a capela de Sta. Marinha, talvez a escritura. Outros dizem que eram os estatutos, pois estes faziam falta para a compra da Capela em Lisboa. Na opinião de várias pessoas com quem se contactou, esta venda foi mal feita, visto ser um bem da paróquia e bem comum, pois junto da capela, no largo do tanque da Bouça, realizava-se uma enorme feira anual de gado onde vinham pessoas oriundas de todo o Norte.

Também se pôde verificar que as pessoas de idade sentem saudades desta festa e fariam qualquer coisa para a capela voltar a ser da paróquia. Várias pessoas dariam dinheiro. Outras, porém, afirmam que, "se houvesse remorsos, os donos restitui-la-iam à terra".

1.7. A Escola do Primeiro Ciclo

Desde que há memória nas gentes desta terra houve quatro locais de ensino primário. O primeiro era junto de uma habitação, no lugar da Igreja, em que a sala era grande, com escadas de pedra a dar acesso à sala, algumas janelas e apenas

uma porta de entrada. À esquerda da sala existia um quarto onde a professora comia e mudava de roupa, caso necessitasse. Não vivia nesta aldeia. A comida era trazida de Barcelos por uma senhora que a fazia transportar num baú.

Ao lado deste local de ensino era a moradia do senhor António Galho e esposa. O gado permanecia perto dos alunos, assim como um quinteiro e outros animais. Os alunos para entrarem na sala deveriam atravessar o quinteiro, fazendo-o descalços. A casa de banho "retrete" servia os donos da casa, alunos e professora. Os discentes eram cerca de quarenta, mas faltavam muitos todos os dias, devido aos trabalhos agrícolas e à olaria aqui existente. Os pais não se incomodavam que os filhos faltassem, pois queriam trabalho gratuito, como as pessoas mais velhas não se cansam de referir. O recreio fazia-se na eira dos cereais que muitas vezes estava ocupada com palha do milho e centeio, assim como com os próprios cereais. Seguidamente, foi comprado um terreno junto da igreja paroquial, mas não havia verbas para construir a escola. Alugou-se um varandão e aí se ministravam as aulas. Entretanto, na acta da sessão de 14 de Setembro de 1930, consta que " foi solicitada a Câmara Municipal, assim como o Estado, para contribuírem para esta obra. Como não houvesse verbas continuaram a reunir e decidiram oferecer o terreno e varandão, no lugar da Igreja, ao Ministério da Instrução, para nele se construir o edifício da escola oficial."

Várias actas da junta de Freguesia referem a preocupação em obter uma nova escola para alunos dos dois sexos. A de 2 de Janeiro de 1949 assinala o esforço que a Junta vinha fazendo no sentido de amealhar verbas para a compra do terreno de uma escola Plano dos Centenários.

Continuando a preocupação desta terra em que as crianças aprendam a ler, escrever e contar, há outra acta que refere a mudança que teve de se fazer em relação ao número de crianças existentes em idades escolares - cerca de 70 - e, por isso, foram feitas obras no dito varandão. A acta de 4 de Fevereiro de 1951 refere uma contenda em que a professora " iria matricular os meninos de sete anos, e os mais velhos ficariam sem o 3º e 4º anos de escolaridade ". Por isso a Junta

tomou a iniciativa de se dirigir à Câmara Municipal a fim de conseguir terreno para uma nova escola de maiores dimensões.

Na acta da sessão de 1 de Abril de 1951 dá-se por concluída a obra no varandão junto à igreja paroquial. Veio ver a obra o Senhor Director Escolar. Elogiou a Junta e aprovou tudo o que estava feito. Pediu-se o material escolar, bem como carteiras, cadeiras e outros materiais.

Segundo consta nesta acta, a sala seria para o sexo feminino. Isto leva a crer que os rapazes ficariam na sala antiga. Também aqui se diz que a compra do terreno para a nova escola está para breve, visto o arranjo do varandão ser apenas um remedeio.

A Escola do Plano dos Centenários foi inaugurada em 1954. O convívio com as entidades responsáveis pela Educação realizou-se no café do Pinto.

Na acta de 30 de Julho de 1975, e em relação à escola P3, consta que no dia 29 de Julho de 1975 foi elaborada a escritura da compra do terreno à Sra. D. Teresa Bandeira. Foram comprados 4100 m² a 60\$00 o m². Esta foi inaugurada no dia 14 de Julho de 1979. Na acta da 30 de Junho de 1979 consta que " para assinalar esta conquista pretende-se fazer um copo de água para todas as crianças que frequentam o ensino e para as pessoas adultas que estejam interessadas. A colaboração pretendida é monetária para poder custear as despesas".

A Telescola, hoje Ensino Básico Mediatizado (EBM), instalou-se numa casa particular na qual se fizeram reparações. Consta isto na acta de 30 de Novembro de 1974. No presente ano lectivo, 1995, o EBM funciona apenas com o 6º ano de escolaridade, dado o início da Escola Nova - Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Manhente . Esta escola foi inaugurada em 27 de Janeiro de 1995 por sua Exª o Sr. Dr. Manuel Castro de Almeida, Secretário de Estado da Educação e do Desporto, com a presença do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Fernando Reis.

1.8. O Jardim Infantil

Há longos anos que se pretende construir um Jardim Infantil, em Galegos S. Martinho. Na acta da sessão de 18 de Julho de 1977 consta que se " deliberou ir à Câmara Municipal de Barcelos para se proceder à expropriação de um terreno para a instalação de uma creche e jardim infantil, terreno esse que pertence à D. Teresa de Jesus Bandeira Geralde, no lugar de Gandarinha".

Na acta seguinte, de 25 de Julho de 1977, lê-se que vieram ao local o senhor Vice-Presidente da Câmara de Barcelos e um engenheiro que aprovaram o terreno dizendo que " era óptimo para a instalação da tal obra ". Pensou-se em expropriar quatro a cinco mil metros de terreno para tal fim. Como o tempo foi passando e se foram degradando os edifícios, a 13 de Fevereiro de 1990, a Junta deu conhecimento à Câmara Municipal de Barcelos das condições precárias em que se encontrava a Escola do Plano dos Centenários. Pediu autorização para transformar este edifício em uma sala para leccionar e outra para sede da Junta até que se resolvesse edificar uma obra para este efeito.

A 30 de Novembro de 1993, deu-se início ao Jardim Infantil, nesta localidade, na referida escola reconstruída. Tem funcionado com dois lugares de docência e uma auxiliar de educação.

Num dos átrios instala-se a Junta de Freguesia provisoriamente. Atende o público às terças e quintas feiras das 18H30 às 20H30 e aos sábados de manhã.

1.9. Escola Profissional - Curso de Operadores de Cerâmica

Era vontade da Câmara Municipal de Barcelos que as instalações da Escola Velha - Plano dos Centenários - fossem cedidas para a criação de uma Escola Profissional com o curso de " Operador de Cerâmica".

Este curso teria início em Outubro de 1990. A Junta fez ver à Câmara que as instalações não apresentavam as mínimas condições por se encontrarem muito degradadas, como consta na acta de 10 de Agosto de 1990.

A acta de 13 de Março de 1994 volta a referir o pavilhão existente por detrás do Jardim de Infância, que entretanto foi construído, para aí se instalar a Associação de Artesãos. Aí se procederia ao trabalho de investigação, recolha e visualização de artesanato próprio do nosso concelho, onde turistas poderiam adquirir-lo. Seria um ponto de encontro de vários artesãos e onde haverá manufacturação e estudo / ensino do artesanato. Em Maio de 1995, o pavilhão para a dita Associação de Artesãos continua sem vida, à espera que algo surja a colocá-lo em movimento.

Seria uma ideia excelente, atendendo a que nestas redondezas se criam os mais famosos figurados de barro de Barcelos, e ainda que nesta terra trabalhou, viveu e se tornou famosa Rosa Ramalho.

De salientar que Galegos S. Martinho é o coração do artesanato, visto que as aldeias que a rodeiam são também criadoras de louça regional, terracota, figurado, porcelanas, faianças, olaria em geral e têxteis.

1.10. Primeira Semana Cultural

A primeira semana Cultural realizou-se de 27 de Maio a 2 de Junho de 1990. Para este acontecimento surgiu uma equipa dinamizadora de seis pessoas, que planeou uma semana de actividades. Fez parte deste acontecimento a homenagem à professora M^a Imelda Azevedo do Vale, pelos seus 36 anos de trabalho dedicados ao ensino e cultura deste povo.

A acta de 30 de Junho de 1990 enumera aspectos desta semana Cultural e Recreativa tais como o descerramento de uma lápide comemorativa da homenagem referida, as individualidades que usaram da palavra, a missa

celebrada no ginásio da Escola P₃ e o copo de água servido no Centro Paroquial desta Freguesia. À equipa dinamizadora foram oferecidas peças da artesã Júlia Ramalho.

1.11. Cultura e Futuro

A acta de 10 de Maio de 1994 refere o envio de um ofício à Fundação Calouste Gulbenkian a requerer a formação de uma pequena biblioteca fixa, para possibilitar à população em geral um maior leque de opções em tempos livres e estudo. Tal colaboração pode ser através da cedência de livros ou por meio de subsídio para aquisição dos mesmos. Esse núcleo seria ligado à Biblioteca Municipal e teria a sua instalação nas salas do centro paroquial e social, ou nas futuras instalações da Associação de Artesãos.

Ainda relativamente à Cultura, a acta de 31 de Outubro de 1994 perspectiva o desenvolvimento desportivo na freguesia, a pretensão da criação de um parque desportivo composto por dois campos de ténis, recinto gimnodesportivo, campo de futebol e pista de atletismo. O campo de futebol já é frequentado há longos anos, mas a sua situação de aquisição para o Clube " Os Ceramistas " ainda não está legalizada. Muitos esforços se têm feito neste sentido, mas mais se terá de realizar em termos de futuro.

1.12. A Igreja Paroquial

Diz Fonseca que " [O] antigo edifício desta igreja era baixo e acanhado, tendo sido reconstruído e ampliado no mesmo sítio onde estava nos fins do século passado." (1987, p. 261) A acta da Junta de Freguesia de 18 de Julho de 1880

refere-se aos alicerces para a igreja paroquial, assim como ao estudo de pedras adequadas para a capela-mor.

A igreja paroquial possui várias inscrições, o que prova que as obras se realizaram aos poucos, à medida das posses dos seus fregueses. No pavimento do supedâneo do altar-mor vê-se do lado esquerdo a inscrição « P. 1894 » e do lado direito « F. 1896 ». Talvez seja o princípio e o fim das obras na capela-mor. Ao centro da igreja e no tecto trabalhado a inscrição data 1899. À entrada da porta travessa tem gravada no pavimento a data de 1901.

No alto da sua frontaria abre-se um nicho com a imagem do padroeiro que subscreve na peanha : S: Martinho e na padieira da porta principal vê-se a data de 1898.

É uma construção com uma só nave, embora do lado nascente os edifícios da sacristia se assemelhem a uma outra nave. Possui, apenas, uma torre lateral à frontaria da igreja. Na fachada, por cima da porta principal, existe uma janela e, ainda acima, no frontão, um nicho com a estátua de S. Martinho.

Neste pequeno templo, encontram-se alguns santos colocados em peanhas singelas, mas há dois altares laterais com talha moderna, assim como o altar -mor que é simples, mas significativo. A pia baptismal é moderna e muito bem trabalhada. Ao lado direito da sua frontaria eleva-se uma alta e bem constituída torre para os sinos. Aqui foram colocados seis sinos em 1985 por uma comissão de homens que se entusiasmaram e com a colaboração do povo e do pároco, Padre Paulino da Silva Ferreira dos Santos muito edificaram esta terra. Atrás da torre foram construídas a sacristia e um pequeno salão onde são guardadas as bandeiras, a amplificação sonora para os dias de festa e os materiais necessários para a limpeza da igreja.

Na parede da sacristia estão dependurados seis retratos de sacerdotes desta paróquia, entre eles, o Padre João de Deus da Silva Ferraz. Diz-se que " paroquiou de 1887 a 1915. Ajudado por um seu amigo mandou edificar a capela-mor desta igreja e juntamente com os seus paroquianos edificou a torre desde a

primeira cornija, e, auxiliado por dois amigos colocou nela dois sinos, o maior e o mais pequeno. Gastou aqui toda a sua fortuna e mais longe ainda iria a sua generosidade, se não fosse um ataque que o acometeu em 1902. Faleceu a 12 de Maio de 1915". (Fonseca, 1987, pp 261-262)

A sepultura do Padre João de Deus da Silva Ferraz encontra-se venerada pelo senhor Adelino Esteves Duarte Coelho, sacristão desta paróquia, e pela sua esposa D. Marcelina Lopes Macedo.

Ao lado direito da igreja, separada desta pelo adro, ergue-se a residência paroquial, reformada pelo Padre João de Deus e agora muito ampla e ligada ao Centro Paroquial e Social.

Constam deste Centro salas de catequese, salão paroquial, capela funerária, cozinha e cantina para servir em dias de festa e em casamentos de paroquianos. Esta obra iniciou-se em 1978 e não terminou ainda.

A todo este conjunto de obras mencionadas e outras, deve-se o fabuloso empenho do pároco- Padre Paulino S. F. Santos que, tal como o Padre João de Deus, muito contribuiu para o bem cultural, social, religioso e humano desta freguesia.

O cruzeiro paroquial fica a nascente da igreja, num pequeníssimo largo. Este não possui data nem inscrição. Noutros tempos, servia para dar a volta em procissões de dias festivos. Hoje, com a avenida que vem da igreja à estrada nacional, deixou de ter uso visto as pessoas percorrerem a avenida em direcção à estrada e aí, no fundo da avenida, voltarem para a igreja paroquial.

Contaram-nos que, em 1941, se deu um violentíssimo vendaval na região Norte que levou telhas e demais materiais pelos ares. Esta freguesia, que era bastante pobre, pediu ao Estado que subsidiasse algo para os reparos na igreja, torre, sacristia e residência paroquial. Penso que este subsídio nunca chegou , porque as actas desta data dizem que pequenos reparos foram feitos, visto o dinheiro ser pouco.

Como já foi dito, a residência paroquial é enorme e a intenção do pároco era fundar um lar de terceira idade nos forrinhos. No primeiro andar viveriam as pessoas para assistirem aos idosos e os fundos da casa serviriam para arrumações e salas de reuniões.

No sentido de angariar fundos para esta obra, foi realizado um cortejo, no dia 3 de Janeiro de 1971. Consta na acta da Junta de Freguesia de 17 de Janeiro deste mesmo ano que " com a boa vontade de todos os benfeitores rendeu este cortejo a importância de cinco mil escudos."

1.13. O Cemitério

Em 26 de Agosto de 1883 a acta da Junta da Freguesia diz que os enterramentos eram dentro da igreja e que se necessita de terreno para a construção de um cemitério paroquial. Esta compra poderia ser em grupo com freguesias vizinhas. Refere, ainda, que se deu a aquisição de terreno para a construção do cemitério público paroquial, por 67.500 reis. Os proprietários pertenciam a Galegos Santa Maria e o terreno era em Souto de Oleiros. Esta informação consta na acta da sessão de 15 de Abril de 1888. Como o local para o cemitério deu em pedra, os enterros iniciaram-se no adro da igreja.

Numa acta de 25 de Julho de 1937 consta que " é quase inacreditável que em pleno ano de mil novecentos e trinta e sete, se proceda ao enterramento dos cadáveres no adro da igreja, com a agravante de o subsolo ser de pedra e, portanto, os enterramentos serem feitos a pouca profundidade, e ainda isto se tornar mais perigoso dada a vizinhança da Escola Oficial, que não dista mais de uns cinquenta metros do actual cemitério. " Propõe-se, de seguida, a construção de um cemitério. De salientar que esta informação, a meio século da anterior, já menciona o envio da planta e orçamento para a Câmara Municipal.

A acta da sessão de 10 de Abril de 1938 refere que o donativo da Câmara Municipal para o novo cemitério foi de sete mil escudos. O terreno foi comprado às

senhoras Leopoldina de Sousa Coelho e Luísa de Sousa Coelho. Este terreno situa-se no lugar da Igreja, junto do caminho público. Em actas de 1938, pode saber-se que a obra do novo cemitério foi entregue ao senhor João Ferreira, da freguesia de Lijó por quatro mil escudos e o terreno custou mil e quinhentos escudos. O terreno do antigo cemitério foi vendido ao senhor António Fernandes Coelho pela importância de cinco mil escudos. Quem colocou as grades foi o senhor Domingos Lopes Nogueira, de S. Romão da Ucha a quem se pagou mil e quinhentos escudos.

O senhor José Joaquim Falcão, da freguesia de Manhente, caiu o cemitério e pagaram-lhe quinhentos escudos pelo seu trabalho. Esta obra perfaz sete mil e quinhentos escudos.

Por 1939, iniciaram-se vendas de sepulturas, por cinquenta escudos, só a maiores de quarenta anos de idade.

A 19 de Junho de 1971, veio a esta freguesia o Sr. Presidente da Câmara, Dr. António Vasco Machado Gabriel Barreto Alves de Faria que, com a junta desta localidade, pretendia realizar melhoramentos. Entre estes, estava o alargamento do cemitério.

A acta de 30 de Janeiro de 1976 refere a entrega da obra de ampliação do cemitério ao Sr. Manuel Joaquim Fernandes, empreiteiro de construção civil, pela quantia de cento e vinte mil escudos. A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Barcelos concedeu um subsídio de 85 mil escudos.

Entretanto, foi colocada luz, água e edificadas cinco capelas, sendo quatro de entidades particulares e uma reservada à paróquia.

Os proprietários das capelas são:

Carlos Alberto da Silva Pinto

Carlos Alberto Gonçalves Campos

José Maria Pinheiro Durães

Manuel Fernandes do Vale

Na capela, com fins paroquiais, não terminaram as obras.

Apesar dos melhoramentos realizados, neste momento há necessidade de novos alargamentos, pintura de muros e acabamentos da capela.

1.14. Luz eléctrica

No ano de 1923 deu-se a colocação de postes para o suporte das linhas de corrente eléctrica, contudo, só em 1927 se verifica a distribuição da luz eléctrica aos domicílios. Tendo-se desenvolvido muito a indústria de olaria e outras, necessário se tornou cabinas eléctricas. Uma foi inaugurada em 1971, com a presença do Sr. Presidente da Câmara, Junta de Freguesia e o responsável pela electricidade em geral, Sr. Paiva. A iluminação dos caminhos surgiu em 1971, mas só em 1981 é que todos os lugares foram electrificados.

O quadro I do anexo V refere dados dos censos de 1991, onde se pode observar que no limiar do século XXI há quatro alojamentos familiares sem electricidade, comportando doze pessoas.

A nível da região Norte há electricidade em 98,7% dos alojamentos. Galegos S. Martinho tem ainda melhor situação, pois goza de 99,3% dos alojamentos com electricidade.

1.15. Água

A acta de 3 de Janeiro de 1943 refere a construção de dois fontenários para abastecimento público. Na acta da sessão de 4 de Maio de 1947 escreveu-se sobre a construção de uma fonte, um bebedouro e um lavadouro no lugar da igreja. No ano seguinte, na acta de 4 de Janeiro de 1948 fala-se da inspecção à fonte da igreja para verificação da sua higiene. Em 1982, construiu-se um fontenário e lavadouro público, no Lugar do Ouro.

Os dados dos censos 1991 relativos à água canalizada nos alojamentos, furos particulares e poços públicos - com ou sem bomba - encontram-se no quadro I do Anexo VI.

Em Galegos S. Martinho existe água canalizada em 335 alojamentos. No entanto, só 11 são da rede pública. Existem, ainda , 41 alojamentos (198 pessoas) sem água canalizada.

No distrito de Braga havia 26,2% com água canalizada, em 1970.

Na região Norte há 90,4% de alojamentos com água canalizada, enquanto que nesta aldeia 85,3% tem rede particular, mas só 14,7% se encontra com água canalizada da rede pública.

1.16 Saneamento

Como se pode observar no Anexo VII não existe, nesta aldeia, ligação à rede pública de esgotos, mas sistema particular. Ainda aparecem 33 alojamentos sem retrete, comportando cento e quarenta e duas pessoas e vinte e um alojamentos com retrete fora destes, mas junto ao edifício.

1.17 Banho ou duche

A maior parte da população desta localidade tem instalações com banho ou duche, apesar de um quinto ainda não possuir instalações deste género.

Na região Norte 70,6% dos alojamentos são possuidores de instalações sanitárias, enquanto que nesta terra 83,6% tem casas de banho. Há, portanto, em Galegos S. Martinho uma situação melhor que na região Norte, em geral, conforme se pode verificar no quadro I do anexo VIII.

1.18 Censos da população de Galegos S. Martinho de 1864 a 1991

Segundo o censo de 1864, em Galegos S. Martinho, havia 376 habitantes. No final do século XIX havia, apenas, 360. Em 1991 havia 1776 habitantes, portanto, no século XX a população quase quintuplicou.

Uma evidência nos Censos de 1864 a 1991 é a predominância do sexo feminino, excepto em 1960, em que os homens excedem em dezessete as mulheres.

De 1864 a 1890 a população diminuiu um pouco. Terá sido a emigração para o Brasil? De 1911 a 1940, talvez porque o sistema político estabilizasse, a população aumentou consideravelmente nesta terra. Registou-se uma subida da população nas décadas de 1960, 1970, 1980. Poderemos dizer que nesta altura a indústria cerâmica se desenvolveu, arrastando pessoas para Galegos S. Martinho? De um modo geral, este facto não se deu a nível nacional, visto que esta foi a época da guerra colonial e da emigração para a França, Alemanha e Suíça.

Como existe trabalho em abundância e os ramos de actividade vão sofrendo mutações constantes, nota-se o crescimento decenal da população e a escassez de habitação para albergar todas as pessoas que gostariam de residir nesta localidade.

Quanto aos fogos também há crescimentos consideráveis, principalmente ao fim de um século, isto é, entre 1864 e 1960 em que se regista a duplicação - de 72 para 153. Em 1981 volta a dobrar o números de fogos - de 153 para 332. Passados doze anos, de 1981 a 1993 há o aumento de uma centena de pessoas. O anexo IX ilustra estes dados e prova que esta aldeia é uma área atractiva, visto o aumento permanente de pessoas e fogos.

1.19. Feitos diversos citados nas actas da Junta de Freguesia

Na acta de 23 de Outubro de 1966, além da composição dos elementos que constituíam a Junta, fala do regedor que era o Sr. Alberto Carlos da Silva Pinto.

Uma sessão extraordinária de 9 de Dezembro de 1970 aborda a compra do passal e empréstimo feito por alguns homens da freguesia, assim como do pároco. Refere o bem desta compra em relação a alargamentos à volta da igreja, parcelas de terreno para pessoas que o desejarem, ligação de lugares, contribuição para o aumento do agregado populacional.

No ano de 1975 entre Março e Junho fez-se a abertura da avenida desde a estrada nacional até à igreja paroquial.

A junta regozijou-se com este acontecimento e louvou o pároco, assim como outras identidades que colaboraram.

Várias vezes se reuniram para denominar a avenida surgindo " Avenida 1º de Abril ", mas até hoje continua anónima.

Também se deu à demolição da casa do Frutuoso para haver mais espaços junto à igreja e para ser construída a sede da junta de freguesia, assim como recinto alargado para estacionamento.

Em 1990, realizou-se uma proposta entre a junta de Manhente e S. Martinho para melhoramento da via rodoviária pelos lugares de Vilarinho e Barco. Esta proposta vai engrandecer o desenvolvimento das duas freguesias, nomeadamente na circulação do transporte público de passageiros. Ainda não se deu início a este trabalho.

O nosso povo já não come tudo o que lhe dão. Daí que, em Maio de 1994, saiu para a rua, numa sexta-feira pela noite dentro e abriu uma enorme vala para manifestar o descontentamento devido às más condições do pavimento da estrada.

Estas foram provocadas pelo saneamento do lugar de Gandarinha.

Na segunda-feira, imediatamente a seguir, as máquinas da Câmara alisaram a estrada, pavimentaram o que era necessário e tudo voltou à normalidade.

2. Coisas que se contam (5)

Em todas as terras há sempre um "bobo" que diverte as pessoas e que é amado por elas.

A história que se vai contar é de um Joaquim Frutuoso, de alcunha "Tarana", de seu irmão e de sua mãe. A esta denominaram-na de "Chinchelha".

O moinho de "Saulas" era explorado pelo marido da artista Rosa Ramalho.

O "Tarana", seu irmão e mãe habitavam numa casa velha, não muito longe deste moinho, de modo que ia para lá muitas vezes.

Faltou uma saca de farinha, no moinho e logo culparam o "Tarana" ou o irmão. O moleiro já não se preocupava com a farinha mas queria a saca para dar ao dono.

O moleiro apanhou lá o "Tarana" e começou a afiar a faca de matar porcos.

Disse-lhe:

- Joaquim, quem roubou a saca da farinha, conta-me aqui a verdade, senão mato-te com esta faca. Enterro-te no ribeiro novo ou "boto-te" pelo ribeiro velho.

O homem pôs-se a tremer e disse:

- Pelas alminhas não me mates.

Fez-se acompanhar por um criado do moleiro e foi à sua habitação.

Entrou em casa e disse:

- Minha mãe, está aqui o moço que vem matar o Zé.

No alhar da cozinha junto à lareira viam-se uns feitos que serviam de cama ao Zé.

A mãe olhou para o "Tarana" e respondeu :

- Eu não te disse, Joaquim, eu não te disse que não te metesses com esses ladrões!...

No rio Cávado, em S. Martinho, havia uma barca que se destinava à passagem de carros de bois e outros objectos de grande porte. Esta barca possuía um alçapão. Todos os dias este aparecia molhado e o barqueiro supunha que eram as feiticeiras.

Um dia, o barqueiro exclamou:

- " Andai, minhas curtas, que eu vou ter conta em vós."

À noite ouviu aquela "cantarola" e com elas andava sempre o " Zé da Mitra", que é o diabo.

O barqueiro mete-se no alçapão da barca.

As feiticeiras desengataram a barca e lá foram.

Diziam umas para as outras:

- Cheira-me aqui a folgo vivo!

Uma respondia:

- Deixai ir quem vai.

Continuavam a afirmar:

- Cheira-me aqui a folgo vivo!

- Deixai ir quem vai.

Então as feiticeiras saíram da barca, ele saiu mais tarde e cortou uma cana da Índia.

Entre os seus amigos e vizinhos, o barqueiro contava a história que, numa noite, tinha ido à Índia.

Diz-se que, nessa noite, as feiticeiras foram à Índia e regressaram.

No Domingo seguinte, o barqueiro foi à missa. Uma comadre disse-lhe que não contasse a ninguém o que tinha acontecido, porque tinha sido ela quem lhe salvou a vida. Esta comadre era uma das feiticeiras do rancho.

Segundo o relatado, os dias das feiticeiras andarem à solta, eram terças e sextas-feiras. O moleiro chegou no sábado. No domingo, contou a novidade de ter ido à Índia numa só noite e até ter trazido uma cana característica dessa terra longínqua.

As feitiçeras normalmente encontravam-se sempre à beira dos rios.

Antigamente havia os consortes, que eram pessoas que partilhavam a água do mesmo ribeiro e que, para cada um, existia um dia ou dois na semana, que poderiam regar os seus campos.

Um homem usufruiu da água a que tinha direito, e qual não foi o seu espanto, encontrar lá umas poucas de mulheres a lavar. A roupa ficava muito branquinha.

As mulheres possuíam rosto de cabritas.

No seu trabalho quotidiano o homem rezava sempre o terço e naquele dia levava-o pendurado ao pescoço.

Seguia-o um cãozinho. Este, nesse lugar, passou para a frente do seu dono, começou a ganir, deu umas poucas de voltas e morreu.

Uma das mulheres retorquiu:

- O que te vale a ti são essas bogalhetas que levas, aí, ao pescoço.

Mas para vingança das feitiçeras pela oração do homem, mataram-lhe o cãozinho que era de estimação do seu dono.

Uma vez apareceram muitas mulheres com sacas muito branquinhas.

Estava um luar como de dia e elas muito paradas.

O moleiro atirou uma sacholada e acertou numa. Matou-a e foi-se embora.

De noite, em cima do telhado, diziam:

- Anda enterrar quem mataste.

Ele tinha medo e não queria ir. Mas as feitiçeras tanto insistiram que o homem lá foi e enterrou-a.

Quando chegou ao local viu um porco.

Enterrou a mulher e marcou o sítio com uma pedrinha. Isto para poder verificar o que aconteceria.

No dia seguinte dirigiu-se ao campo onde enterrara a feitiçera e estava tudo tão calcado e tão certinho que não distinguiu o local do enterramento.

- O que te vale a ti é que ela era do Brasil. Se fosse daqui estavas bem tramado.

Como a viagem era muito longa ele acalmou. Se fosse portuguesa, havia vingança pela certa.

Que sorte que as bruxas tinham! Nem pagavam bilhete de avião, nem nada!...

Havia um moço que era " corredor ".

Este fado pertencia ao irmão mais novo de sete irmãos do mesmo sexo, se o mais velho não fosse padrinho do mais novo.

Quando acontecia uma coisa destas, a única maneira de acabar com o fado seria picar a pessoa até fazer sangue ou queimar a roupa no forno do pão.

Aconteceu que um dito João chegava a casa de manhã e vinha sempre gelado. Os irmãos contaram à mãe e esta disse:

- Tende conta nele, quando amanhã sair, vede onde ele põe a roupa.

Ele deixou a roupa em cima dum pinheiro e os irmãos viram.

Cada corredor espulinha-se na primeira loca de animal que encontrar. Deve correr sete freguesias, sete rios, sete montes e sete fontes.

Naquela noite o moço espolinou-se numa loca de cavalo.

Enquanto o João corria o seu fado os irmãos trouxeram a sua roupa e meteram-na no forno da broa e queimaram-na.

Ele entrou pela porta dentro e a mãe a fechar a porta do forno. Neste momento acabou o fado, voltou a ser homem sem nada mais lhe acontecer.

Era uma vez uma moça muito rica que, tal como os rapazes, era a sétima filha de um casal.

Fadou-lhe o destino ser corredora. Os pais não queriam isto em sua casa e recomendaram a um criado que a picasse. Se tudo corresse bem ele casaria com

ela. O criado tinha receio porque se o sangue saltasse para ele, este é que teria de correr sete freguesias, sete rios, sete montes e sete fontes.

Disseram-lhe os pais:

- Ela vai passar em tal fonte e vais picá-la aí.

A moça transformara-se numa pata e por isso andava lentamente.

O moço picou-a numa vista e ela ficou cega, mas perdeu o fado.

Casaram um com o outro: ela permaneceu cega daquela vista para o resto dos seus dias.

3. ALGUMAS TRADIÇÕES

3.1. A queima do velho

A " Queima do Velho " começou aí pelos anos 50 - 60. De início juntavam-se meia dúzia de amigos com a finalidade de passar o tempo da melhor maneira e aglomerar pessoas para se distraírem na noite de 31 de Dezembro para o dia 1 de Janeiro de cada ano.

Em que consistia a " Queima do Velho " ?

Arranjarem-se uma ou mais concertinas, bombos, ferrinhos, castanholas, reque-reque e, por vezes, latas velhas e paus que faziam as vezes de bombos. Com um boneco feito de palha de centeio, vestido com roupa de homem, tendo na cabeça um púcaro de barro, percorria-se os lugares da freguesia acabando sempre no lugar do Salgueiro. Normalmente saíam poucos rapazes, mas o grupo ia engrossando à medida que se calcorreava a freguesia.

No largo, uma multidão esperava a rusga. Havia gente que trazia faúlha ou pruma e lenha de pinheiros " trepos" para, no meio do largo ser feita uma enorme fogueira. Esta servia de aquecimento à multidão que esperava pela farra, pois as noites gelavam imenso, raro era o ano que nesta noite não caísse forte geada.

Nos últimos anos mudaram os ingredientes para a fogueira. Passaram a ser pneus e outros objectos de borracha encontrados nas recauchutagens das proximidades. Começou também a abrir-se garrafas de champanhe que molhavam os presentes.

À meia noite " estourava-se " esse palhaço que, com o evoluir dos tempos, passou a ser feito com bombas de foguetes.

Primeiro queimava-se os membros inferiores, depois os superiores e por fim a cabeça, onde permanecia a bomba mais forte que explodia a umas dezenas de metros. Após um curto intervalo de tempo musical para " queimar o velho ", surgiam as danças do vira, do malhão, da chula, do corridinho. As pessoas à volta regozijavam-se batendo palmas e dando vivas ao Ano Novo.

A última queima do velho realizou-se no ano 1990 /1991.

Mais tarde, a emigração fez aparecer outros modos saudáveis de conviver como festas entre familiares, vizinhos e pessoas amigas que se juntavam e festejavam a passagem de ano.

Os meios de transporte, as novas tecnologias, os meios de informação e, talvez, as modificações na estrutura política fizeram desaparecer esta tradição. Também as discotecas, bailes, pubs, cinemas, teatros e casas de espectáculos contribuíram para o fim destes convívios de vizinhos.

3.2. Tradição de carácter religioso - As Quarenta Horas

As Quarenta Horas, uma bela tradição, consiste em expôr o Santíssimo Sacramento nos três dias do Carnaval. O seu fundador deveria ter sido o Padre João de Deus da Silva Ferraz, visto possuir características religiosas suficientes para incrementar tal devoção ao Santíssimo Sacramento e ter sido pároco de 1887 a 1915.

Ao longo de imensas conversas informais com pessoas idosas soube-se que esta festa fora frequentadíssima pelos fregueses da paróquia e também por

peessoas de outras terras que, ora vinham para apreciar a cantoria sempre afinadíssima, ora para se unirem à oração do povo da terra.

Este momento religioso era anunciado pelo toque dos sinos no sábado à tardinha. O toque choramingava de tal ordem que convidava toda a população a orar e a converter-se pelas suas faltas. No domingo gordo, pelas dez horas da manhã, celebrava-se a Eucaristia que se acolitava com três sacerdotes. Entoavam-se cânticos em Latim de Missas de S. Luís, dos Anjos e outras. O templo ficava repleto de fiéis. No fim da Eucaristia, incensava-se o altar. Fazia-se uma procissão no interior da igreja, cantava-se ao Santíssimo Sacramento e por fim era recitado um clamor em louvor de todos os santos. O Senhor ficava exposto, no Seu trono solene, até às três horas da tarde. Por esta hora dava-se início aos actos litúrgicos com o Beni creator. Este é um cântico em louvor do Espírito Santo. Será transcrito para memória das gerações futuras. (Anexo X) Seguia-se uma hora de adoração a Jesus Sacramentado. Neste tempo de oração desfilavam-se cânticos sempre em honra das três pessoas da Santíssima Trindade. Havia sermão na intenção de converter as almas e preparar as pessoas para as confissões que se realizavam na manhã de segunda-feira. Durante todo o dia não havia ninguém que não fosse rezar uma hora, ou mais, junto da Hóstia Consagrada. À noitinha, celebrava-se a Eucaristia mas de forma menos solene. Todo o povo se aproximava da mesa sagrada para comungar, visto ter-se preparado de manhã.

Na terça-feira de Carnaval, era o grande dia da festa religiosa. Quem abrilhantava esta solenidade eram cantores da terra, mas chegavam a vir de fora, alguns famosos, para melhor se saírem neste dia. Um tocador de órgão e cantor afamado foi o Sr. Amaro dos Eidos, de Areias S. Vicente, que durante muitos anos contribuiu para a beleza destas solenidades. Havia a exposição do Santíssimo Sacramento, no fim da missa, e, de novo, pelas 15 horas, dava-se o terminus desta festa. Tal como no domingo, iniciava-se com o Beni criator. Seguiam-se orações, súplicas, leituras e sermão. Como era dia solene o " Te Deum " era cantado pelos

sacerdotes e cantores. Antes de se retirar a Hóstia Consagrada cantava-se " O Salutaris Hostia Sacra".

Após invocações ao Santíssimo Sacramento seguia-se o " Tantum Ergo ":

Contaram-me que um ano fizeram um tapete de flores em frente ao altar do Sagrado Coração de Jesus, o que atraiu muita gente das povoações vizinhas.

Também me foi dito que, pelo menos uma vez, o Senhor ficou exposto durante os três dias consecutivos. Não continuaram a experiência, porque houve quem faltasse ao respeito na igreja. No Anexo VI incluem-se as letras dos cânticos mais significativos que foram cantados - alguns - por Emília Lopes Macedo.

4. Casas com sabor a passado (6)

Em Galegos S. Martinho " as casas mais importantes são: a do Campos, a da Telheira, a das Quitérias e a da Bouça . " (Fonseca , 1987, p. 263).

Consultando-se vários documentos, verifica-se que há mais que um autor a mencionar a casa do Campos. Pinho Leal refere que " Campos é um nobre apelido em Portugal. D. Afonso V deu-lhe brasão d'armas em Portalegre, no anno de 1465 ." (1874, p. 254) Vieira diz haver " aqui ruínas de huma casa antiga que chamarão de Campos, em que viverão fidalgos deste apelido ." (1884, p. 219) Fernandes escreve que " em Galegos S. Martinho existiam as ruínas de uma antiga casa a que chamaram " Campos " por nela terem vivido fidalgos com este apelido. " (1968, p. 26)

A casa da Telheira pertence ao Senhor José Maria Pinheiro Durães e é conhecida como a vacaria e herdade dos Durães. Este património veio da Senhora Maria Amélia Fernandes Coelho que, casando com o Senhor José Maria Durães, passou a representar o nome do marido e não o dela. Entretanto, um dos seus

(6) - O anexo XI contém fotografias das casas mencionadas

filhos, António Fernandes Durães, reconstruiu uma antiga casa - talvez o celeiro - e fez nova casa num espaço onde na entrada se encontram ajulejos com o nome TELHEIRA. Esta moradia é espaçosa, construída em pedra, com arcos no rés-do-chão e grandes divisões no 1º andar. A casa dos " Pantominas " era posse da Telheira. Denominavam-na de " A casa de Real ". O " reguengo " e os " prados " faziam parte desta casa de Real. As propriedades e a casa do falecido Fernando da Silva Leal talvez fizesse parte desta família.

A casa das Quitérias é uma casa com muito valor no passado, atendendo a que possuíam muitos bens e que era aqui que os sacerdotes comiam em tempos em que não havia pároco próprio embora já existisse residência paroquial. É uma habitação com chaminé alta, isto significava que fazia parte das casas ricas da terra. Foi-me dito que só as herdades ricas possuíam enormes chaminés, o que leva a crer que capturavam animais para pendurar no fumeiro e existia muita gente a trabalhar e a comer. Neste momento esta casa encontra-se em ruínas, chove por todo o lado e talvez seja para demolir, visto o seu proprietário Joaquim da Purificação Fernandes Barbosa não residir nesta aldeia, mas na Póvoa de Varzim com sua esposa e filhos.

A casa da Bouça era uma casa de enorme valor no passado, hoje continua importante. Tal como as outras, é casa de chaminé, enormíssima e com anexos para as alfaias agrícolas, para os animais e para guardar os cereais. Penso que é das poucas famílias que possui maquinaria para fazer quase tudo. Disse-se que esta casa continua a ser de valor porque, tanto no passado como no presente, nascem poucos filhos. Só um ou dois realizam o sacramento do matrimónio, a fortuna nunca se divide. Em relação às outras casas passava-se o mesmo. Quando nasciam mais filhos apenas se casava um e os outros permaneciam solteiros. A proprietária, Senhora Felicidade Matos Coelho, enviuvou do Sr. Joaquim Bogas. É mãe de três filhos. Apenas se casou um. Além de terras nesta freguesia, possui outras na vizinha aldeia de Manhente. As terras, em Manhente, faziam parte dos bens do marido, anexaram-se às suas, vindo deste modo aumentar a herança.

Foi-me dito que há uns anos atrás houve uma disputa entre as três casas - Campos, Bouça e Telheira - Durães. Queriam atingir as cem pipas de vinho. Apenas duas casas conseguiram : Bouça e Durães. Campos não entrou, visto estar quase tudo abandonado e em decadência.

Destas casas - Bouça e Telheira - continuam a cultivar os campos com alfaías agrícolas actualizadas e com pessoas de família. Campos, ultimamente, vai-se dividindo pelos herdeiros e vendendo terrenos às pessoas da terra. Há bastantes terrenos incultos por falta de materiais agrícolas e mão de obra. Nas Quitérias algumas terras são cultivadas pelo Senhor José Carpinteiro, mas a grande maioria não se cultiva.

De referir, ainda, mais três casas que no passado foram significativas. São elas a casa da Pinheira, Salgueiro e Carpinteiro. Estas deixaram de ser faladas porque as famílias eram grandes e as terras dividiram-se imenso. Existe, também, outro aglomerado de terras pertencente à Sra. D. Teresa Bandeira da Freguesia de Manhente. Estas são tratadas por dois caseiros que não fazem parte da gente desta aldeia.

Segundo os censos de 1991 trabalhavam, neste sector, apenas dezassete pessoas, sendo doze homens e sete mulheres.

5. Indústrias

Após uns breves traços sobre o sector primário desta terra, salientar-se-á o sector secundário, visto que é o sector em que trabalha grande maioria dos habitantes de S. Martinho.

Há cerca de quarenta anos fabricava-se louça grossa (alguidares, boiões, assadeiras, tigelas, etc.), moringues, louça de pequenas dimensões para as crianças brincarem e algum figurado. Hoje em dia mudou muito esta terra e nela existem vários ramos de indústrias de loiças que fabricam produtos lindíssimos. Tem também algum significado a indústria têxtil.

Percorrendo os caminhos verifica-se que grande parte da população se ocupa das finas indústrias de porcelanas. Grande número de pessoas trabalha em sua própria residência o que se poderá denominar de indústria caseira, isto é, laboram os pais e os filhos e apenas um ou outro empregado.

INDÚSTRIAS

Tipo de indústria	Nº de Fábricas	Nº de pessoas
Porcelanas	28	243
Estatuetas	21	172
Têxteis	12	115
Miniaturas em olaria	8	26
Terracota	6	78
Faianças	2	76
Louça em grês	1	5
Artesanato vidrado	1	2

Fábricas	10 a 20 empregados	40 empregados ou mais
Porcelanas	12	1
Estatuetas	7	1
Terracota	4	1
Têxteis	3	1
Faianças	2	1

Observando os quadros acima, pode verificar-se que em porcelanas trabalham quase duas centenas e meia de pessoas; em estatuetas quase duas centenas e em têxteis mais de uma centena de pessoas. O número de pessoas que trabalha as outras indústrias diminuiu consideravelmente. De salientar o trabalho de artesanato de Júlia Ramalho e um dos seus filhos.

Os censos de 1991 indicam 376 homens a trabalhar neste sector e 331 mulheres.

6. Serviços

Referir-se-á, de seguida, os serviços prestados às pessoas da terra por gente da terra e uma ou outra de fora. Este é o sector terciário ou de serviços.

O quadro da página 56 apresenta dados dos serviços existentes nesta aldeia. Esta terra, de pequenas dimensões, possui cinco cafés que servem esta povoação e as pessoas que aí trabalham, além de um restaurante que serve cerca de sessenta pessoas, vindas de fora e a trabalhar nesta povoação que tomam aqui a sua refeição diária.

Trabalham doze pessoas em dois armazéns de louças e dez num armazém de bebidas. Poucas pessoas se ocupam com mercearias, minimercados, drogarias, talhos. Há alguns serviços, tais como churrasqueira, comércio de pneus, pronto a vestir e venda de fogões que apenas tem um representante.

SERVIÇOS DE CARÁCTER COMERCIAL

Estabelecimentos	Nº de estabel.	Nº de pessoas
Armazém de revenda	2	12
Cafés	5	10
Armazém de bebidas	1	10
Pastelarias	2	8
Reparação de automóveis	2	6
Serralharias	2	6
Drogaria	2	5
Armazém de prod. congel.	1	4
Banco	1	4
Mercearias	2	4
Minimercados	2	4
Restaurante	1	4
Talho	2	4
Estação de serviço	1	3
Barbeiro	1	2
Cabeleireiras	2	2
Comércio de bijuterias	1	2
Materiais de construção	1	2
Churrasqueira	1	1
Comércio de pneus	1	1
Pronto a vestir	1	1
Venda de fogões	1	1

De referir que nove famílias se dedicam às feiras diárias, semanais, festas em honra de santos e anuais.

Atendendo a que já se não conseguia mão de obra nesta aldeia, quatro proprietários viram-se obrigados a comprar terreno e construir fábricas fora desta povoação. Assim, existe uma, de faianças, no Concelho de Vila Verde; outra de terracota no Concelho de Ponte de Lima; outra de estatuetas no Concelho de Paredes de Coura e uma outra de faianças no Concelho de Terras de Bouro.

Muitas pessoas vêm de outras terras trabalhar para Galegos S. Martinho, mas outras há que vão para a cidade de Barcelos e arredores, isto no que respeita a melhores empregos.

Os Censos de 1991 mencionam quarenta e cinco homens e vinte e uma mulheres nos serviços relacionados com actividades económicas; dezasseis homens e treze mulheres nos serviços de natureza social.

7. Vida de Rosa Ramalho contada pela neta Júlia (7)

Nasceu a 14 de Agosto de 1888 nesta freguesia de Galegos S. Martinho. O pai chamava-se Luís e tinha como profissão sapateiro ou tamanqueiro, e a mãe era tecedeira. Provinha de descendentes muito pobres.

O seu verdadeiro nome é Rosa Barbosa Lopes " Ramalho" advinha-lhe do pai, visto que muitos irmãos se assinavam Barbosa Ramalho.

Aprendeu a trabalhar o barro muito " novinha " com uma vizinha a quem ela chamava " Madrinha Teresa ", sendo esta a sua madrinha de baptismo ou de algum irmão seu.

Usou sempre esta profissão, mesmo enquanto casada com um moleiro. Ajudava o marido e simultaneamente moldava o barro em figurado e ia vendê-lo para as feiras.

(7) - Procurou respeitar-se o tom coloquial que Júlia Ramalho usou.

Teve uma série de filhos - sete ou oito - mas só quatro se vingaram. Dizia que perdia os filhos porque " aguava " por sardinhas, tomates... Se calhar foi pela má vida que levou.

Sempre que fosse preciso pedir um favor a alguém era ela que o fazia. " Ela tinha menos vergonha " - dizia o marido. Até os cigarros para ele, era ela que os pedia.

Quando enviuvou contava uns 67 / 68 anos. Nessa altura vendia as peças do seu figurado a duas ou três famílias do Porto, os Álvaros Rosas.

Os estudantes de Belas Artes descobriram que dali iria sair mais alguma coisa. Mas foi o pintor António Quadros, com mais colegas, que na feira da Senhora da Saúde a visitaram. Viram um sardão com um assobio na boca e perguntaram quem tinha feito aquela peça. Rosa Ramalho respondeu espontaneamente:

- " Fui eu, ora essa!"

- " Como o fez ? "

- " Com as mãos; com o que havia de ser ? "

António Quadros passou a visitá-la na sua modesta casa, em Galegos S. Martinho, e pediu-lhe que fizesse outras peças. Trouxe consigo uma jornalista que passou a mencionar o seu nome em jornais e revistas. Daí a sua fama.

Fazia as feiras do Senhor da Matosinhos; Senhora da Saúde; Senhor da Pedra; S. João das Fontainhas. Estas serviam para, monetariamente, sobreviver.

Ainda fez estas feiras durante uns anos, depois começou a ter muito trabalho no artesanato e deixou de as fazer.

A revista *Flama* foi a primeira a falar dela. Deu-lhe muito nome.

Quando apareceu a televisão entre nós, ela já era a Rosa Ramalho.

Participou, pela primeira vez, numa exposição no SNI - Secretariado Nacional de Informação - através do pintor António Quadros.

Em 1964 houve uma feira muito boa em Cascais. Passou a ser no Estoril e depois no Museu de Arte Popular. Este chamou-se Mercado de Abril, Mercado da

Primavera e por fim Mercado do Povo. Com este último nome acabou por 1976. O seu elenco figurado fez parte de todas estas feiras.

Nas Festas das Cruzes, que se realizam entre os dias um a três de Maio, participava sempre na feira do artesanato. Aí adquiriu uma libra em ouro por ter ganho o 1º prémio.

Gostava de passear e ia muitas vezes a S. Tiago de Compostela; Fátima; S. Bento e Sameiro. O ver coisas dava-lhe poder de criação e imaginação. A criatividade surgia-lhe de dicas dadas pelos clientes e ela imaginava o resto.

Teve imensos convites para se deslocar ao estrangeiro, mas não correspondeu porque se achava muito velha. Eu [Júlia Ramalho] respondi a um destes convites, em Espanha, onde se realizou uma " Semana Portuguesa" onde cantou Amália Rodrigues e se fizeram representar outros artistas e artesãos.

Nunca respeitou as encomendas por correspondência. Gostava de vender e receber logo o dinheiro. Também lhe foi enviada uma carta do Ministério da Cultura para receber um subsídio de sobrevivência. Entretanto, adoeceu e não chegou a receber nada.

Faleceu a 24 de Setembro de 1977, após ter sido operada. Contava 89 anos.

Em 1988 foi homenageada pelos cem anos do seu nascimento.

As peças vistas na exposição desta data comemorativa pertenciam a Júlia Ramalho.

Recebeu a Comenda, a Título Póstumo, de Ordem Militar de S. Tiago de Espada, dada por Sua Ex^a o General Ramalho Eanes, Presidente da República. Esta Comenda veio pelo correio, já ela tinha falecido.

O professor Lapa Carneiro era possuidor de uma boa colecção do seu figurado, mas doou-a ao Museu Etnográfico de Lisboa, situado no Restelo.

No Museu de Olaria, em Barcelos, também há alguma coisa dela, mas muito pouco.

Eu [Júlia Ramalho] conservo algumas peças do seu figurado.

Galegos S. Martinho honra-se de ter no seu seio uma tal artesã, que levou o seu nome aos quatros cantos do mundo.

CAPÍTULO IV

CONCLUSÃO

Segundo Perez (1986), como se referiu anteriormente, ao longo da história das aldeias verificaram-se várias crises que foram provocadas pela guerra, pelo êxodo rural, pela deterioração do clima, pelo despovoamento e fraccionamento fundiários. Pode concluir-se que Galegos S. Martinho não sofreu muito em qualquer dos sectores mencionados, salvo o fraccionamento fundiário.

No século passado esta aldeia pertencia a meia dúzia de ricos, que viviam em cidades e apenas administravam os seus bens por intermédio de caseiros. O exemplo característico é a casa do Campos.

No que concerne ao despovoamento, ele não se deu nesta freguesia, pois ela evoluiu muito quanto ao sector secundário - indústrias - e daí o seu crescimento e aumento da população. Basta consultar o quadro sobre os censos de 1991 da evolução da população e verificar que, de 1864 a 1960, num século, a população quase triplicou; e de 1960 a 1991 voltou a dobrar, isto em trinta anos de existência humana.

Também se diz que as mutações foram muitas ao longo da história, mas as aldeias permanecem se existe uma verdadeira comunidade. Na verdade, quando se dá algum fenómeno na aldeia dá-se conta que há um esforço da parte da comunidade para resolver esse caso, como, uma catástrofe, um acidente e mesmo quando alguém quer celebrar um acontecimento extraordinário como casamento, bodas de ouro, toda a comunidade se alia para comemorar e celebrar o festejo.

De uma maneira geral, as comunidades detêm uma grande quantidade de informação no seu património genético, na sua memória. Em Galegos S. Martinho há uma memória colectiva. Várias pessoas me relataram os mesmos acontecimentos.

Com este estudo compreendi toda a história de uma terra, tal como diz Mattoso que não basta estudar os documentos escritos; é preciso procurar o passado na paisagem, nos monumentos, nas iluminuras, nos jogos, nos contos, na imaginação colectiva, nas técnicas artesanais,... nas terminologias das formas de tratamento pessoal, na paginação dos livros, nos brinquedos, na moda, em tudo. Tudo tem um valor diacrónico.

De referir que a história oral é um subsídio riquíssimo para a elaboração do estudo do meio local. Muita informação contida neste trabalho foi retirada de entrevistas, conversas informais com pessoas idosas.

Muito mais se poderia dizer relacionado com festividades - Imaculada Conceição, S.Martinho - a educação, as actividades culturais, ditados populares, lendas, vocabulário e personalidades do passado e do presente que exerceram funções positivas nesta aldeia.

Um estudo a fazer a curto prazo seria o problema ambiental, visto que as indústrias modernas aceleram a degradação do ambiente e trazem, para primeiro plano, problemas ecológicos. Nesta aldeia há ruídos ensurdecedores, solos degradados por lixeiras junto às fábricas e águas que se infiltram nos solos prejudicando a qualidade daquelas.

Fica a questão levantada se esta localidade é aldeia, e se, sendo aldeia, é comunidade. Tal como todas as aldeias possui denominadores comuns como língua única, meio geográfico uniforme, padrões culturais e estatutos. Dois modos de união vulgares são o culto religioso e a situação de trabalho - indústrias.

Várias dúvidas me surgiram ao estudar o nome desta aldeia. Por exemplo, como se designaria este território antes de ser chamado Galegos S. Martinho? Como e quando se dividiu em duas paróquias: Galegos Santa Maria e Galegos S. Martinho? Qual será a mais antiga? Terão sido oriundos da Galiza os povos para aqui vindos? Que terá acontecido aos povos vindos antes? Outra dúvida que ficou sem resposta é se o nome desta aldeia se diz Galegos S. Martinho ou S. Martinho de Galegos.

A toponímia dos lugares da freguesia e a sua evolução seria outro objecto de estudo. A Capela de Santa Marinha, com o seu estilo simples e belo, erigida num dos miradouros mais estratégicos da aldeia, ficou por estudar.

Sobre as Indústrias, poder-se-ia saber o que de bom trouxeram a esta terra e os malefícios.

Será que esta aldeia tem características rurais, semi-rurais ou citadinas?

Haveria ainda a estudar, detalhadamente, os grupos sociais, como o grupo desportivo - Os Ceramistas , o grupo coral, o grupo de jovens.

Não tendo conseguido obter resposta a estas perguntas, espero que outros estudos se sigam a este e que reflectam sobre estas questões para que se consiga um estudo mais pormenorizado e profundo.

Ao terminar esta reflexão compreendo bem melhor as palavras de Mattoso quando afirma que o historiador ao produzir o texto sobre algo que diz respeito ao homem, ele já não lhe pertence. Passa a fazer parte da história da humanidade. Neste caso, o texto escrito, faz parte, em especial, da história de Galegos S. Martinho.

Foi com muito gosto que me dediquei arduamente a este estudo durante uns meses. Dedicá-lo-ei, primeiramente, às pessoas da minha aldeia, mas muito em especial aos que gostam de saber e se ocupam e preocupam com o progresso e bem estar da humanidade. Que alguém, de Galegos S. Martinho ou de outra terra, sinta a coragem de o continuar e aperfeiçoar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACTAS da Junta de Freguesia de Galegos S. Martinho (1878 / 1995

ALBUQUERQUE, João da Costa Brandão. Censo de 1878." Relação das Freguezias do Continente e Ilhas. Relação, sexos, fogos. Circumscripção administrativa e ecclesiástica, judiciária, política, militar, marítima, postal, telegraphica e aduaneira." Lisboa: Typographia Universal, 1879

ALMEIDA, Francisco (8 de Abril de 1972) "Galegos Santa Maria, Subsídios para a História da Freguesia ", Voz do Minho.

ARROTEIA, Jorge Carvalho (1985) A Evolução Demográfica Portuguesa. Vol. 93, Lisboa : Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

ATTWATER, Donald (1965). Dicionário de Santos. Lisboa : Publicações Europa -América,Lda

IMPrensa NACIONAL, (1896). Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890. Fogos- População de residência habitual e População de facto; sexo, naturalidade, estado civil e instrucção. Vol. I Lisboa: Imprensa Nacional.

CUNHA, José G. M. Correia (1980). A carta administrativa de Portugal e a sua contribuição para a investigação urbana e regional. Lisboa : Comissão Nacional do Ambiente

FERNANDES, M^a Celeste Andrade da Costa (1968). Elementos para a História do Couto de S. Martinho de Manhente. Dissertação de Licenciatura não publicada em Ciências Históricas. Faculdade de Letras: Universidade do Porto.

FONSECA, Teotónio (1987). O Concelho de Barcelos Aquém e Além Cávado. Barcelos : Editora do Minho.

IMPrensa NACIONAL (1986). Lei de Bases do Sistema Educativo. Lisboa : Imprensa Nacional

IMPrensa NACIONAL (1943). VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940. Vol. IV Lisboa : Imprensa Nacional.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1952). IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950. População Residente e presente, famílias, casais, mulheres casadas, convivências, estrangeiros, cegos, surdos-mudos e órfãos . Tomo I, Lisboa : Tipografia Portuguesa, Lda.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1963). X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes. Famílias, Convivências e População residente e presente, por Freguesias, Concelhos, Distritos e Centros Urbanos. Tomo II, Lisboa: Tipografia Portuguesa, Lda.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1973). XI

Recenseamento da População. Continente e Ilhas Adjacentes . Vol. I,
Lisboa:Tipografia Portuguesa, Lda.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1983). XII

Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da
Habitação. Antecedentes, Metodologia e Conceitos. Lisboa :INE

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1993). XIII

Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da
Habitação Norte. Vol.I, Lisboa : INE

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho (1874). Portugal

Antigo e Moderno : Dicionário Geográfico, Estatístico,
Chorográfico, Heraldico, Archológico, Histórico, Biográfico e
Etymológico de todas as cidades e Villas e Freguezias de Portugal e
de Grande Número de aldeias. Lisboa : Livraria Editora de Mattos
Moreira & Companhia.

LE GOFF, Jacques (1984). Memória. In R. Romano. (Dir) - Memória-

histórica. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da
Moeda.(pp. 11-44) .

MACHADO, José Pedro (1977). Dicionário Etimológico da Língua

Portuguesa, Vol.III, Lisboa: Livros Horizonte.

MAGALHÃES, Ernesto de Amorim (1958). No Passado Barcelos -

No Presente Barcelos . Barcelos : Papelaria « Liz » Livraria.

MANIQUE, António Pedro, Proença, Maria Cândida (1994). Didáctica da História. Património e História Local. Lisboa : Texto Editora.

MATTOSO, José (1988). A escrita da história : Teoria e Métodos. Lisboa : Editorial Estampa.

MEDEIROS, Carlos Alberto (1994). Geografia de Portugal ambiente natural e ocupação humana - uma introdução. Lisboa : Editorial Estampa, Lda.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (1914). Estatística Demográfica. Censo da População de Portugal no 1º de Janeiro de 1911. Lisboa : Imprensa Nacional.

PEREZ, Jean Marie (1986). Aldeia. In R. Romano (Dir) - Região. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. (?? 376-395)

RIBEIRO, Orlando; Lautensach, Herman; Saveau, Suzanne; (1987) Geografia de Portugal. Vol.III, Lisboa: Edições João Sá da Costa.

RIBEIRO, P. Hélio Gomes (1994). Ao Redor da Senhora do Facho. Braga: Gráfica de S. Vicente,Lda.

SILVEIRA, Frei Ildefonso (1982). A Vida dos Santos na Liturgia. Petrópolis: Editora Vozes, Lda

VIEIRA , José da Silva (1884). Bibliotheca de Curiosidades-Couto de Manhente. Vol. I Barcelos.

Dados não publicados referentes ao Censo da População e habitação de 1991, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística.

ANEXOS

ÍNDICE

Anexo I - Entrevista

Anexo II - Lista das pessoas contactadas

Anexo III - Mapa do Concelho de Barcelos

Anexo IV - Actas sobre a Capela de Santa Marinha

Anexo V - Luz Eléctrica

Anexo VI - Água

Anexo VII - Saneamento

Anexo VIII - Banho ou Duche

Anexo IX - Censos da População

Anexo X - Cânticos e Orações das Quarenta Horas

Anexo XII - Fotografias

ANEXO I

ENTREVISTA

- Como se chama?
- Francisco de Sousa Costa.
- Quantos anos tem?
- Fiz oitenta e quatro no dia 14 de Janeiro.
- O Sr. Francisco viveu sempre em S. Martinho?
- Eu vivi sempre em S. Martinho, no lugar de Penelas. Este lugar pertence a Galegos S. Martinho e a Galegos Santa Maria.
- As festas em honra de Santa Marinha são do seu tempo?
- Não, não, isso não é do meu tempo. Contava-me o tio Joaquim Frutuoso e o compadre Júlio Fernandes que havia uma feira de gado anual enorme.
- Não sabe em que dia era a festa?
- A feira era no dia antes, na véspera.
- O que sabe da capela e da festa?
- Da capela lembra-me de lá haver missinha, a missa da Senhora. Na Senhora da Conceição, o fogo era deitado lá. A procissão ia de lá e aí recolhia.
- A feira não é do seu tempo?
- Não. Quem me contava era o tio Joaquim Frutuoso e o compadre Júlio Fernandes. Eu era muito pequenino. Que me lembre, só aí por 1910 foi quando o nosso passal foi vendido. A Devesa da Lamela era da freguesia. Cheguei a rossar mato para os Bogas, eram eles que faziam o passal.
- O passal pertencia à Igreja?
- Em 1910 foram quase todos os passais vendidos.
- Venderam só a uma pessoa?
- Venderam a dois irmãos do tio Francisco Quitéria. Estavam no Brasil. Os Bogas eram caseiros dos Quitérias.



- Mais tarde foi a freguesia que comprou e loteou com a ajuda do Senhor Padre Paulino.

- Isso foi há muito pouco tempo.

- Será que comprou a esses senhores?

- Não, nessa altura já era dum coronel de S. Veríssimo. Esses dois irmãos Quitérias vieram cá do Brasil e fizeram uma festa à Senhora, enorme, com sete andores.

- Foi do coronel que passou para o Senhor Padre Paulino?

- O Zeca Pinto queria comprar, mas eles não vendiam menos de quinhentos contos. A capela de santa Marinha não era ali. Era onde vivem hoje os caseiros. Havia aí uns ciprestes muito altos.

- Eu ainda fui aí ao leite !

- No tempo da Carolina.

- Mas não me lembro dessas árvores.

- Foram derrubadas por um vendaval que veio. A capela, segundo me diziam, era aqui e o pai do Sr. Campos, o Sr. Joaquim, prometeu à freguesia fazer uma capela nas devidas condições. Ele tanto andou, apanhou os estatutos, apanhou tudo quanto era da Senhora, o que é hoje do « porqueiro » era tudo da Senhora e ele apanhou tudo. A Senhora tinha muito. Onde tem hoje o tanque era ali a feira do gado, e era uma senhora feira ! Ele, depois, « roeu » a palavra, o Campos. Um dia atirou tiros à bandeira. A capela tinha um púlpito, sinos como tem na igreja, um púlpito nas devidas condições.

- Acha que essa capela de Santa Marinha deveria voltar a ser da paróquia?

- Para mim, era e deveria ser.

- O que é que a freguesia teria que fazer; comprá-la de novo ?

- Ele, se houvesse remorsos, a capela da Senhora, deveria voltar a ser da Senhora. O « porqueiro » já disse que uma quinta sem capela não é quinta nenhuma, mas aquilo foi roubado.

ANEXO II

PESSOAS E INSTITUIÇÕES CONTACTADAS

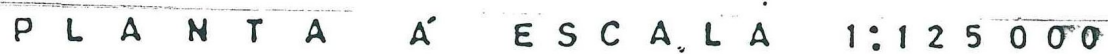
- Junta de Freguesia de Galegos S. Martinho
- Dr. Francisco de Almeida
- Dr. Sebastião de Sá Matos
- Dr. Vítor Pinho
- Francisco de Sousa Costa
- Júlia de Mota Pinto
- Felicidade Fernandes Coelho
- Emília Lopes Macedo
- Júlia Oliveira da Mota

INFORMADORES OU INFORMANTES

- Francisco Martins Lopes
- António Salgueiro Lopes
- Rosa Araújo Salgueiro
- Rosa da Conceição S. F. Lopes
- António de Araújo Coelho
- Deolinda Gomes Rodrigues
- Alzira de Araújo Coelho
- Clara Gomes Ferreira
- José Loureiro Campos Rodrigues
- Maria de Fátima Loureiro Pereira
- António Fonseca Lopes
- Teresa Araújo Salgueiro
- Adelino Esteves Duarte Coelho
- Herculano Duarte Coelho
- Manuel Duarte Coelho

- Fernando Maciel Salgueiro

Mapa das freguesias do Concelho de Barcelos



ANEXO IV

Actas sobre a Capela de Santa Marinha

Sessão de 19 de Outubro de 1919

«... nos dias quinze e dezasseis do corrente mês fora mandado retirar a tribuna e o altar que estavam na capela da Santa Marinha desta freguesia. E como a dita capela é hoje pertencente ao Estado por ter sido devidamente arrolada, em tempo competente, foi logo imediatamente dar parte ao Ex.º Senhor Administrador do Concelho e que segundo constava as responsabilidades deste abrigo recaíam ao Senhor Ernesto da Silva Campos, rezidente na cidade de Braga, rua dos Pelames. E o Ex.º Senhor Administrador do Concelho, logo mandou informar por dois militares da Guarda Nacional Republicana Portuguesa, que depois de verificarem o cazo ocorrido, fizeram acompanhar-se do dito senhor Ernesto da Silva Campos, à prezença do Ex.º Senhor Administrador do concelho. Em seguida pelo presidente foi dito que se mandasse enviar uma participação por iscrito do cazo ocorrido ao Ex.º Senhor Administrador do Concelho, que ele o Senhor Administrador assim o aconsilhou, para ter o devido destino, o que tudo foi rezulvido por anonimidade.»

Sessão de 4 de Maio de 1924

«... no dia 30 de Abril passado, a convite do Senhor Ernesto da Silva Campos, desta freguezia, nos reunimos em Barcelos em caza do Senhor José Cazimiro Alves Monteiro, e em prezença do senhor Ferreira Capa de Braga, todos reunidos em conferência, o Senhor Ernesto da Silva Campos propôz: se a junta desistisse do direito que tinha sobre a capela denominada de Santa Marinha, desta

freguezia, dava a quantia de três mil e quinhentos escudos para melhoramentos públicos desta freguezia.»

Sessão de 7 de Dezembro de 1924

«... como já foi declarado na sessão de 4 de Maio último, haviam feito um acordo com o Senhor Ernesto Da Silva Campos, mediante o qual esta Junta prescindia de qualquer direito que tivesse à capela de Santa Marinha, sita no lugar da Bouça desta freguezia, que não obstante estar na posse do Estado, também com direito a ela se julgava o referido Ernesto da Silva Campos. Que o referido Senhor Ernesto, tendo conhecimento que a Junta pretendia a posse da referida capela para edificar o edifício escolar, ofereceu a esta Junta três mil e quinhentos escudos para compra de terreno para esse fim, oferta que esta Junta aceitou muito reconhecida. Que assim contratou com o Ex.º Afonso Henriques Barbeitos Pinto, espôza e cunhado, comprar-lhe um coberto e terreno, situado no lugar da Igreja desta freguezia, pela quantia de trez mil e quinhentos escudos para edificar o edifício escolar, convindo indicar a pessoa que deverá assignar o respectivo contrato.

Por proposta do Senhor Presidente foi deliberado que fosse assignado pela maioria da Junta. Que desta forma reconhecendo ao citado senhor Ernesto da Silva Campos, todo o direito, posse e acção sobre a mesma capela, podendo o mesmo senhor, os seus sucessores, dispôr dela conforme entenderem, sem que a esta Junta ou a outras que lhe sucedam caiba o direito a qualquer reclamação.»

ANEXO V

Luz Eléctrica

Quadro I

- ALOJAMENTOS FAMILIARES, OCUPADOS COMO RESIDENCIA HABITUAL,
SEGUNDO O TIPO DE ALOJAMENTO FAMILIAR, FAMILIAS CLASSICAS
E PESSOAS RESIDENTES, POR EXISTENCIA DE INSTALACAO DE ELECTRICIDADE

ZONA GEOGRAFICA	ALOJAMENTOS FAMILIARES OCUPADOS									FAMILIAS CLASSICAS		PESSOAS
	TOTAL GERAL	ALOJAMENTOS CLASSICOS						NAO CLASSICOS		TOTAL	OCU- PACAO PARTI- LHADA	
		EM EDIFICIOS PRINCIPALMENTE RESIDENCIAIS					EM EDIFI- CIOS PRIN- CIPAL/ NAO RESI- DENC/	BAR- RACAS	OUTROS			
		C/1 ALOJAMENTO		C/2 ALO- JAMEN TOS	C/3 OU MAIS ALO- JAMEN TOS							
		EXCLU- SIV/ RESID.	PARCI- AL/ RESID.									
INSTALACAO DE ELECTRICIDADE	TOTAL											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
SAO MARTINHO (GALEGOS)												
TOTAL	376	374	255	36	43	29	11	1	1	412	67	1768
C\ ELECTRICIDADE	372	371	252	36	43	29	11	-	1	408	67	1756
S\ ELECTRICIDADE	4	3	3	-	-	-	-	1	-	4	-	12

ANEXO VI

Água

Quadro I

- ALOJAMENTOS FAMILIARES, OCUPADOS COMO RESIDENCIA HABITUAL,
SEGUNDO O TIPO DE ALOJAMENTO FAMILIAR, FAMILIAS CLASSICAS
E PESSOAS RESIDENTES, POR SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA

ZONA GEOGRAFICA		ALOJAMENTOS FAMILIARES CLASSICOS								FAMILIAS CLASSICAS		PESSOAS	
		TOTAL GERAL	ALOJAMENTOS CLASSICOS						NAO CLASSICOS		TOTAL		
			TOTAL	EM EDIFICIOS PRINCIPALMENTE RESIDENCIAIS				EM EDIFICIOS PRINCIPAL/NAO RESIDENC/	BAR-RACAS	OUTROS			
				C/1 ALOJAMENTO		C/2 ALOJAMENTOS	C/3 OU MAIS ALOJAMENTOS						
				EXCLUSIV/RESID.	PARCIAL/RESID.								
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

SAO MARTINHO
(GALEGOS)

TOTAL	376	374	255	36	43	29	11	1	1	412	67	1768
1.0-COM AGUA CANALIZADA NO ALOJAMENTO	335	335	229	35	40	21	10	-	-	371	67	1570
PROVENIENTE DE:												
REDE PUBLICA	11	11	10	1	-	-	-	-	-	11	-	61
REDE PARTICULAR	324	324	219	34	40	21	10	-	-	360	67	1509
2.0-AGUA CANALIZADA FORA DO ALOJAMENTO, MAS NO EDIFICIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.0-SEM AGUA CANALIZADA NO ALOJAMENTO OU EDIFICIO	41	39	26	1	3	8	1	1	1	41	-	198
PROVENIENTE DE:												
FONTANARIO OU BICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POCO OU FURO PARTICULAR	32	32	20	1	3	7	1	-	-	32	-	150
POCO PUBLICO COM BOMBA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POCO PUBLICO SEM BOMBA	4	4	4	-	-	-	-	-	-	4	-	20
OUTRA FORMA	5	3	2	-	-	1	-	1	1	5	-	28

ANEXO VII

Saneamento

Quadro I

- ALOJAMENTOS FAMILIARES, OCUPADOS COMO RESIDENCIA HABITUAL,
SEGUNDO O TIPO DE ALOJAMENTO FAMILIAR, FAMILIAS CLASSICAS
E PESSOAS RESIDENTES, POR EXISTENCIA DE INSTALACOES SANITARIAS

ZONA GEOGRAFICA	ALOJAMENTOS FAMILIARES CLASSICOS									FAMILIAS CLASSICAS		PESSOAS
	TOTAL	ALOJAMENTOS CLASSICOS						NAO CLASSICOS		TOTAL	OCU-PACAO	
		EM EDIFICIOS PRINCIPALMENTE RESIDENCIAIS					EM EDIFICIOS PRINCIPAL/NAO RESIDENC/	BAR-RACAS	OUTROS			
		C/1 ALOJAMENTO		C/2 ALOJAMEN TOS	C/3 OU MAIS ALOJAMEN TOS							
		EXCLU-SIV/ RESID.	PARCI-AL/ RESID.									
						RESID.						
INSTALACOES SANITARIAS (RETETE/ESGOTOS)	GERAL											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

SAO MARTINHO
(GALEGOS)

TOTAL	376	374	255	36	43	29	11	1	1	412	67	1768
1.0-C/ RETRETE NO ALOJAMENTO	322	322	224	33	33	23	9	-	-	353	58	1520
1.1-C/DISPOSITIVO DE DESCARGA	297	297	204	33	32	19	9	-	-	328	58	1393
1.0-LIGADA REDE PUBLICA ESGOTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.0-LIGADA A SISTEMA PARTICULAR DE ESGOTOS	296	296	203	33	32	19	9	-	-	327	58	1391
3.0-OUTROS CASOS	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	2
1.2-S/ DISPOSITIVO DE DESCARGA	25	25	20	-	1	4	-	-	-	25	-	127
1.0-LIGADA REDE PUBLICA ESGOTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.0-LIGADA A SISTEMA PARTICULAR	23	23	18	-	1	4	-	-	-	23	-	115
3.0-OUTROS CASOS	2	2	2	-	-	-	-	-	-	2	-	12
2.0-C/RETRETE FORA DO ALOJAMENTO, MAS NO EDIFICIO	21	21	8	3	5	4	1	-	-	25	7	106
3.0-S, RETRETE	33	31	23	-	5	2	1	1	1	34	2	142

ANEXO VIII

Banho ou Duche

Quadro I

- ALOJAMENTOS FAMILIARES, OCUPADOS COMO RESIDENCIA HABITUAL,
SEGUNDO O TIPO DE ALOJAMENTO FAMILIAR, FAMILIAS CLASSICAS
E PESSOAS RESIDENTES, POR EXISTENCIA DE INSTALACAO DE BANHO OU DUCHE

ZONA GEOGRAFICA	ALOJAMENTOS FAMILIARES OCUPADOS								FAMILIAS CLASSICAS		PESSOAS	
	TOTAL	ALOJAMENTOS CLASSICOS						NAO CLASSICOS		TOTAL		OCU- PACAO
		EM EDIFICIOS PRINCIPALMENTE RESIDENCIAIS					EM EDIFI- CIOS PRIN- CIPAL/ NAO RESI- DENC/	BAR- RACAS	OUTROS			
		C/1 ALOJAMENTO		C/2 ALO- JAMEN TOS	C/3 OU MAIS ALO- JAMEN TOS							
		EXCLU- SIV/ RESID.	PARCI- AL/ RESID.									
INSTALACAO DE BANHO OU DUCHE	GERAL											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

SAO MARTINHO
(GALEGOS)

TOTAL	376	374	255	36	43	29	11	1	1	412	67	1768
C/1 INSTALACAO DE BANHO OU DUCHE	310	310	212	36	31	21	10	-	-	345	65	1478
S/1 INSTALACAO DE BANHO OU DUCHE	66	64	43	-	12	8	1	1	1	67	2	290

ANEXO IX

Censos da População de 1864 a 1991

Quadro I

ANO	VARÕES	FÊMEAS	TOTAIS	FOGOS
1864	183	193	376	72
1878	145	201	346	75
1890	152	193	345	78
1990			360	
1911			403	98
1940	266	314	580	110
	<u>HOMENS</u>	<u>MULHERES</u>		
1950	396	416	812	153
1960	434	417	851	154
1970	485	540	1025	
1981	772	797	1569	332
1991 *	880	896	1776	401
1993 *	873	895	1768	432

[*] Resultados definitivos

População segundo o nível de instrução em 1991

Analf. c/ 10 ou mais anos	Ensino Primário	Ensino Preparatório	Ensino Secundário	Outro Ensino
135 / 7%	852	415	145	18

Na região Norte a taxa de analfabetismo é de 9,9%, enquanto que em Galegos S. Martinho é de 7%.

ANEXO X

Cânticos e Orações das Quarenta Horas

A mente dos teus visita

E os peitos que criaste

Enche de graça infinita

Tu, Paráclito, és chamado

Do excelso Deus doação

Fogo, caridade, fonte

Viva, espiritual Unção.

Tu com septiforme graça

Dedo és da dextra paterna,

Promessa do Pai, que às línguas

Dás força da voz superna

A nossa mente ilumina.

Teu amor no peito infunde.

Firma um perpétuo esforço,

Onde a fraqueza redunde.

Longe o contrário repele.

Dá-nos a paz, de repente,

Guia-nos. Cortaremos

Qualquer dano, felizmente.

Mostra-nos o Pai que seja,

Dá que o filho conheçamos,

Que em Ti que és de ambos

Espírito, todo o tempo creiamos.

A Deus Pai se dê glória

E ao Filho ressuscitado

E a Ti, Paráclito também
Com louvor perpetuado.

TE DEUM

Ó Deus, louvamos-Te : ó Senhor, glorificamos-te.

Eterno Pai, toda a terra Te reverenciaia.

Todos os Anjos, os céus e todas as Potestades:

os Querubins e os Serafins não cessam de proclamar : Santo, Santo, Santo
é o Senhor Deus dos exércitos. Os céus e a terra estão cheios da Tua magestade.

O coro glorioso dos apóstolos, a assembleia venerável dos Profetas, o
brilhante exército dos Mártires louvam-Te.

A Santa Igreja confessa, por toda a terra, que Tu és o Pai de imensa
magestade, que o Teu único e verdadeiro filho deve ser adorado, assim como o
Espírito Santo, Paráclito.

Tu és o Rei da Glória, o Cristo. Tu és o Filho eterno do Pai. Tu querendo
unir- Te ao homem para o remir não temeste descer ao seio da Virgem.

Tu, destruindo o estímulo da morte, abriste aos fiéis o reino dos céus. Tu
estás sentado à direita de Deus, na glória do Pai.

Oremos que és o Juiz que há-de vir. Por isso Te rogamos que socorras os
teus servos, que resgataste com o Teu precioso sangue. Faze que sejamos
contados na eterna glória no número dos teus santos. Salva, Senhor, o Teu povo, e
abençoa a tua herança. Conduze-os e eleva-os até à eternidade. Todos os dias Te
bendizemos. E louvamos o Teu santo nome para sempre e por todos os séculos.
Digna-te, Senhor, conservar-nos sem pecado neste dia. Tem compaixão de nós,
Senhor, tem compaixão de nós. Derrama, Senhor, sobre nós a Tua misericórdia
conforme a esperança que temos posto em Ti.

Em Ti, Senhor, esperei: não serei confundido eternamente.

Salutaris Hostia

*Ó Sagrada Hóstia de salvação
Verdadeiro homem verdadeiro Deus.
Fonte e origem primária de salvação,
perdoa aos defuntos.*

*Tu que és a nossa única salvação
Que aos homens, ó Bom Jesus,
Os pecados purificas e perdoas.*

*O eterno descanso pedimos-Te
Dá a todos os que faleceram na Tua graça,
Ó Jesus clemente, e a luz eterna e feliz
Ihes resplandeça.*

*Este grande Sacramento humildemente adoremos
Ao Pai, ao Filho igualmente, louvores mil tributemos;
Da antiga lei as figuras cedam ao novo mistério:
A Eles preito, honra, graça e bênção se dê também:
A fé sirva de suplemento à fraqueza dos sentidos.
Ao que de ambos procede os mesmos louvores dêmos.*

*Este grande Sacramento humildemente adoremos
Ao Pai, ao Filho igualmente, louvores mil tributemos;
Da antiga lei as figuras cedam ao novo mistério:
A Eles preito, honra, graça e bênção se dê também:
A fé sirva de suplemento à fraqueza dos sentidos.
Ao que de ambos procede os mesmos louvores dêmos.*

Cantemos a Jesus Sacramentado

" ao Senhor

Deus está aqui

Dos anjos adorado, adoremos

A Cristo redentor.

Glória a Cristo, Senhor

Céus e terra

Bendizei ao Senhor

Louvor e glória a Ti

Ó Rei da glória

Amor p'ra sempre a Ti

Ó Deus de Amor.

Coração de Jesus que tanto nos amais

Fazei que eu Vos ame cada vez mais (3 X)

Jesus amável, Jesus piedoso

Pai amoroso, flama de amor.

A Teus pés venho, se Tu me deixas

Humildes queixas, humildes flores

Coração Santo, Tu reinarás

Tu, nosso encanto , sempre serás (bis)

Coração tão doce, de Jesus meu Deus

Sede o meu amor, os encantos meus.

Coração divino

*Do meu coração
Sede a minha vida
Minha salvação*

*Coração de Jesus meu amor
Terno amante do meu coração
Triste coisa é morrer Deus por mim
E eu pagar-Vos com ingratidão.*

*Perdoai meu Jesus, perdoai
Porque eu tenho vivido enganado
Que ninguém é tão belo nem tão bom
Como Vós meu Jesus, meu amado (bis)*

*Eis-me aqui, ó meu bom e dulcíssimo Jesus,
Prostrado de joelhos em Vossa divina presença
Vos peço e suplico com mais ardente fervor
Que imprimais em meu coração
Vivos sentimentos de fé, esperança e caridade
E um verdadeiro arrependimento dos meus pecados,
Com vontade firmíssima de os emendar.
Enquanto eu, com grande afecto e dor de alma,
Considero e medito nas Vossas cinco chagas
Que tenho diante dos olhos
Que já o Santo profeta David dizia de Vós :
Ó meu bom Jesus
Trespasaram as minhas mãos e os meus pés
E contaram todos os meus ossos.*

*Coração de Jesus abrasado de amor por nós
Abrasai nosso coração de amor por Vós.*

I

*Tu, Glória da Trindade,
Para si te tomou o Filho,
Em Ti reside o Espírito Santo,
Em Ti estão as alegrias do Pai.*

II

*Doce coração, coração amável
De amor por nós ferido,
De amor por nós enfermo
Ser-me-ás propiciatório.*

III

*Aos que lavaste em sangue
Por quem deixaste abrir todas as veias,
Recolhe-os no íntimo do teu seio
E guarda-os lá bem recatados.*

IV

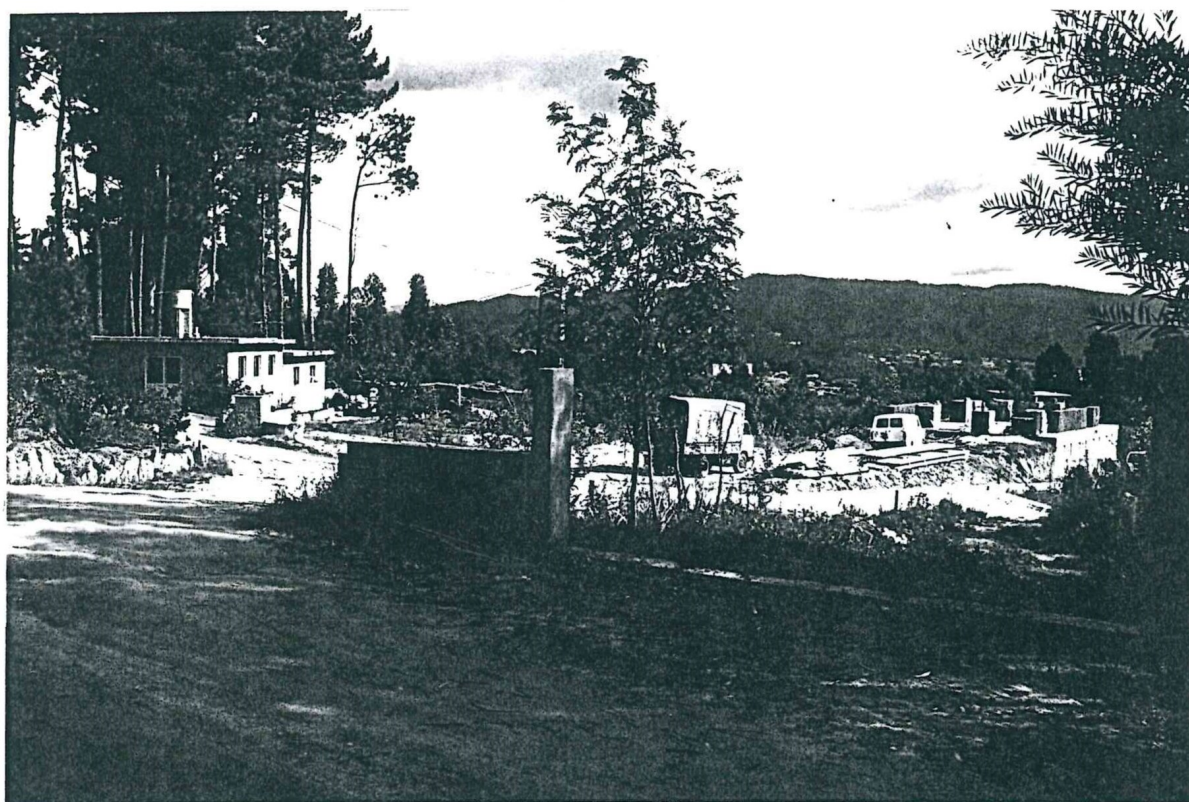
*Jesus coração amantíssimo,
Amante de almas puras,
Amável aos corações limpos,
Ah! reina no de nós todos.*

ANEXO XI

Fotografias



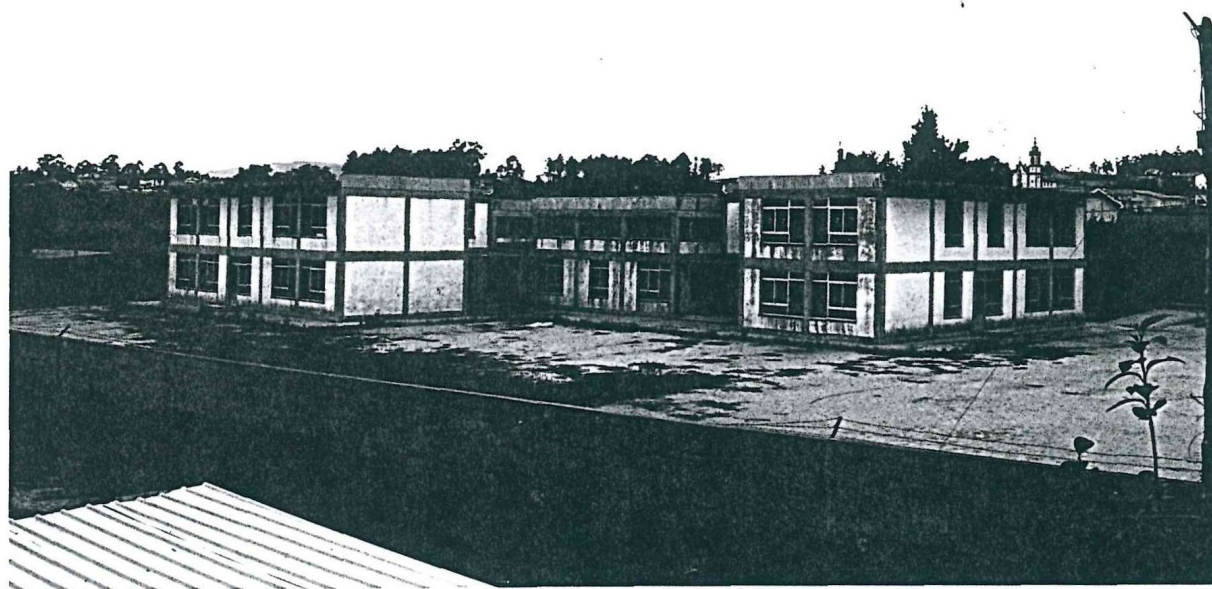
O Moinho de Saúl (Saúlas)



Construção de Edifícios no lugar da Rôxa



A Capela de Santa Marinha



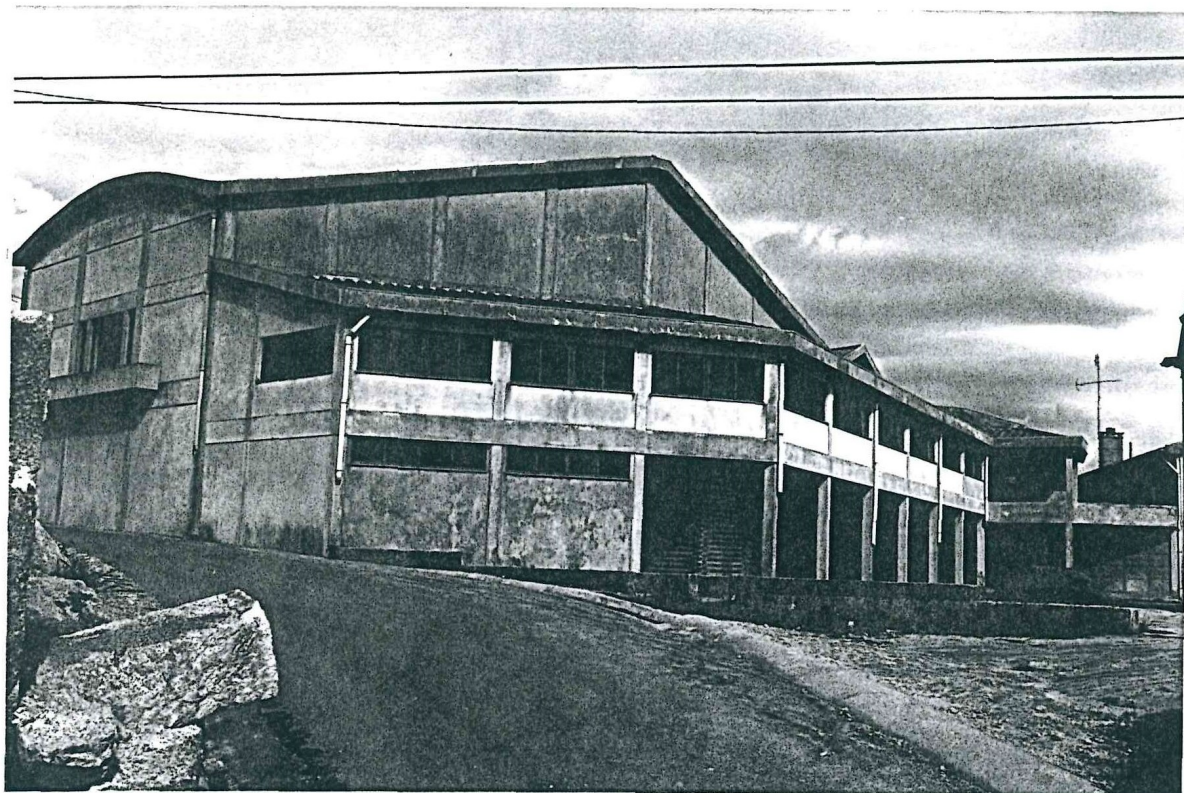
A Escola do Primeiro Ciclo



Jardim Infantil e Sede da Junta de Freguesia de Galegos S. Martinho

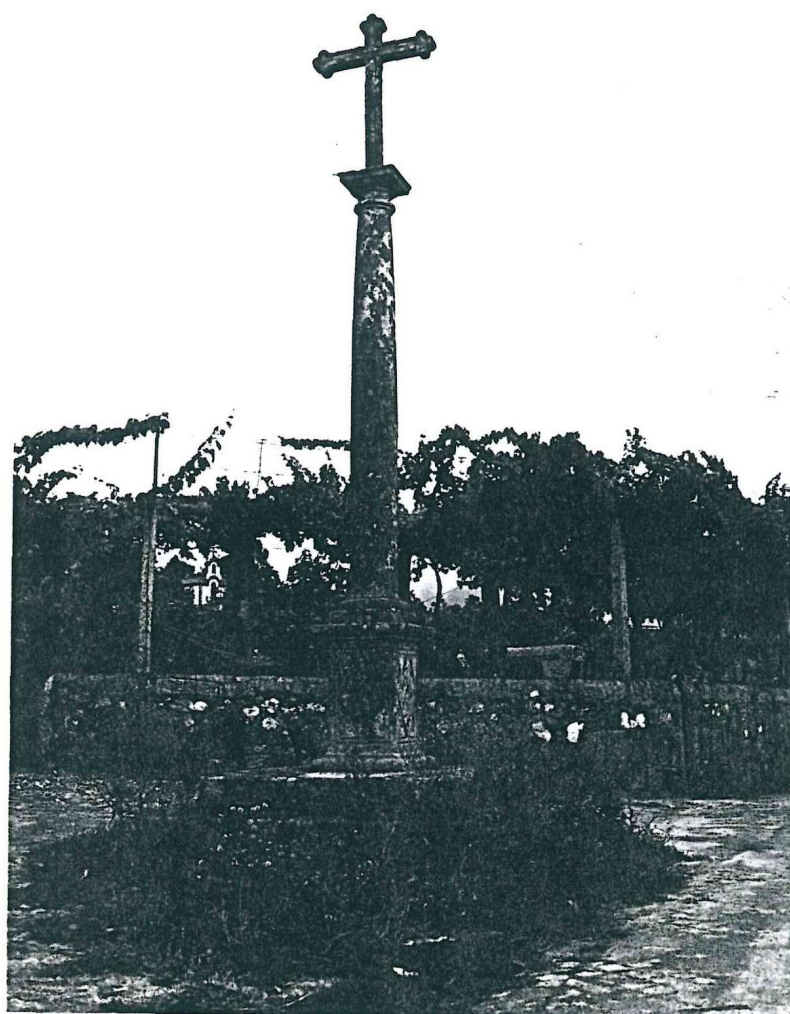


Igreja, Residência Paroquial e Centro Social



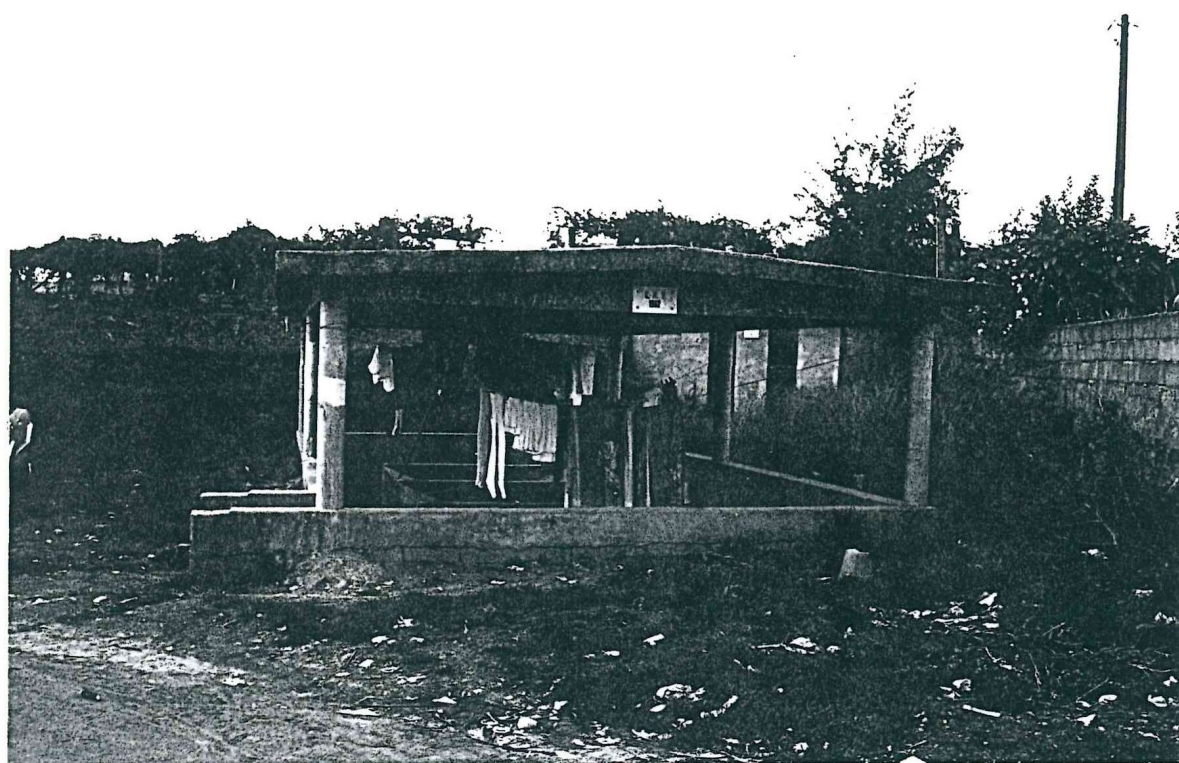
Centro Paroquial e Social de Galegos S. Martinho

Cruzeiro
Paroquial



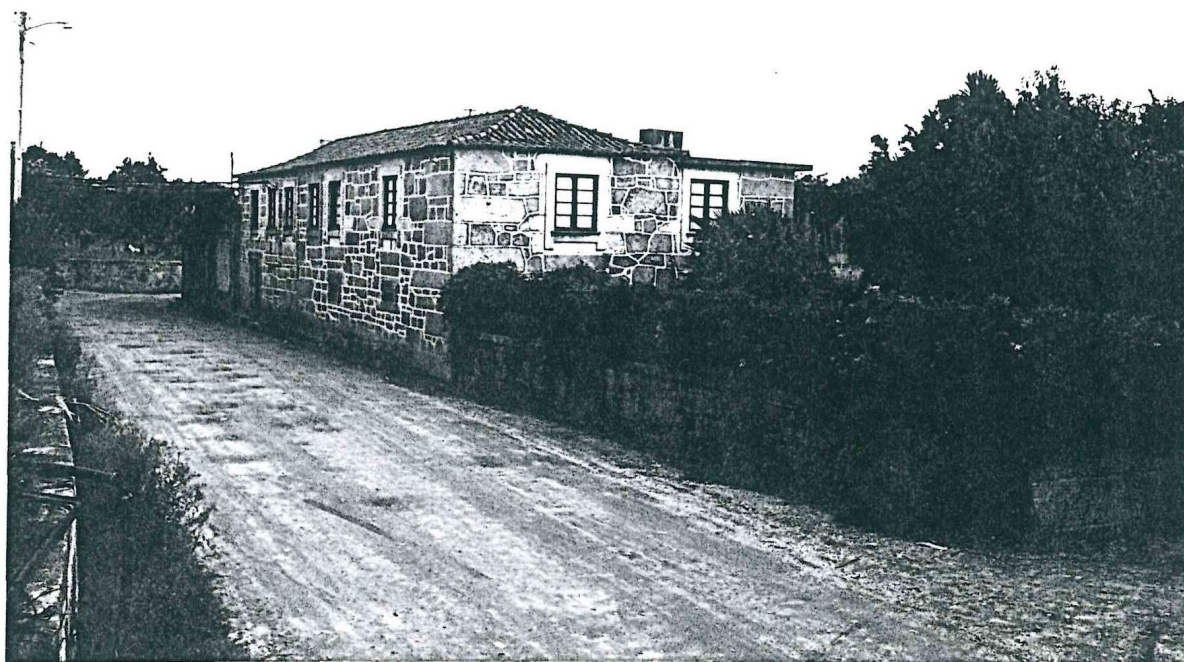


Cemitério



Lavadouro Público no lugar do Ouro

Queima do Velho



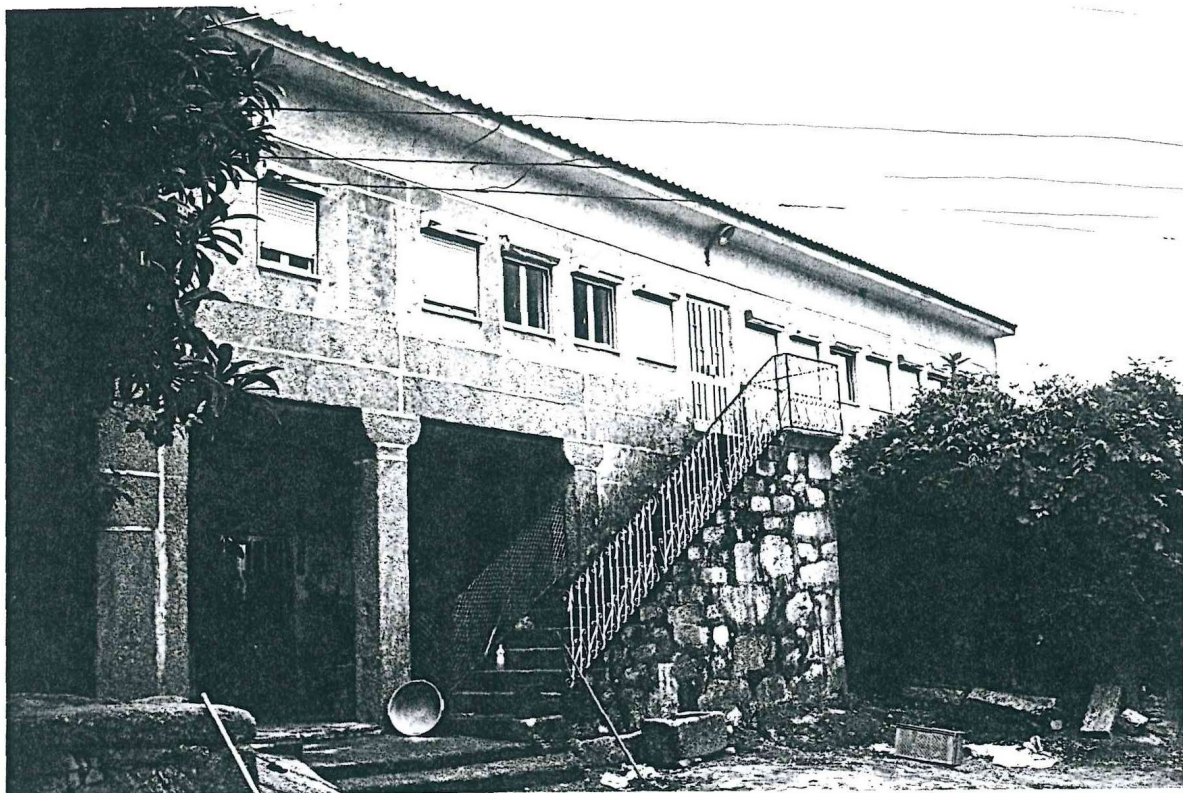
Casa do Campos



Casa da Telheira



Casa das Quitérias - Ruínas



Casa da Bouça



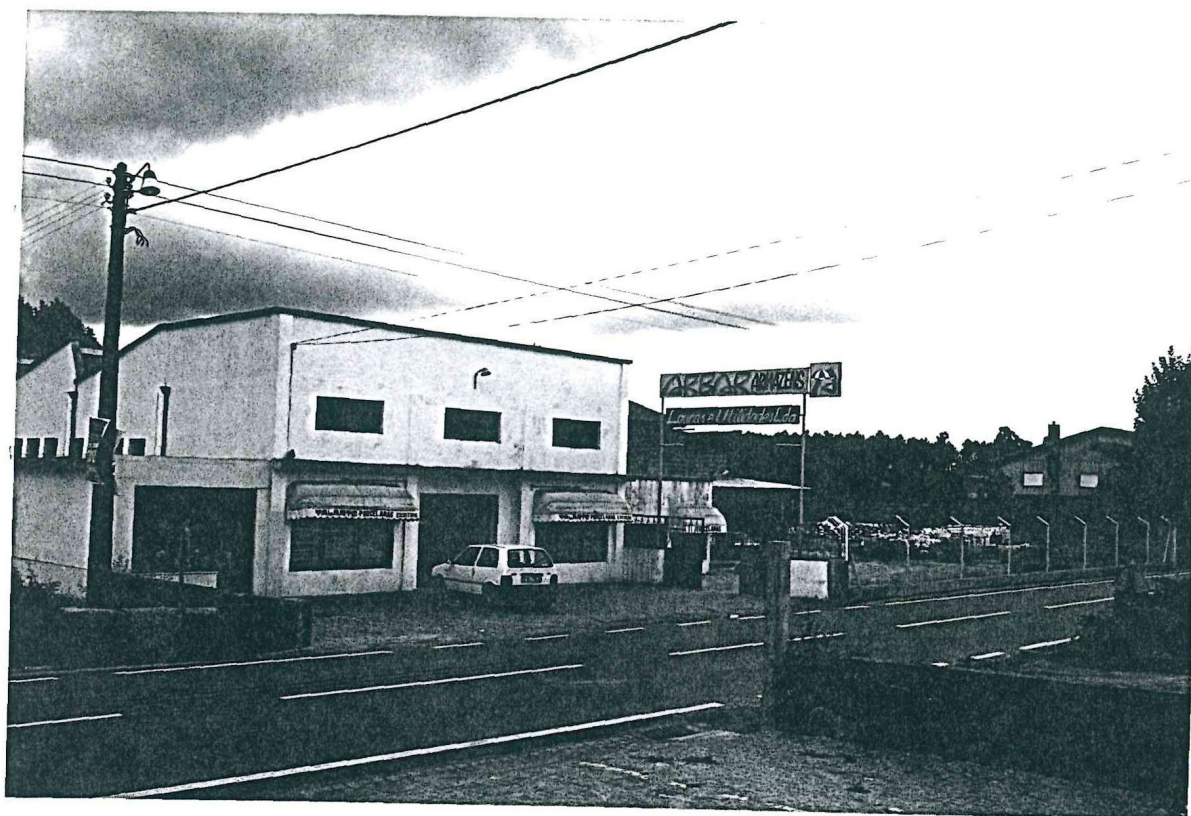
Casa da Pinheira - Ruínas



Casa do Salgueiro



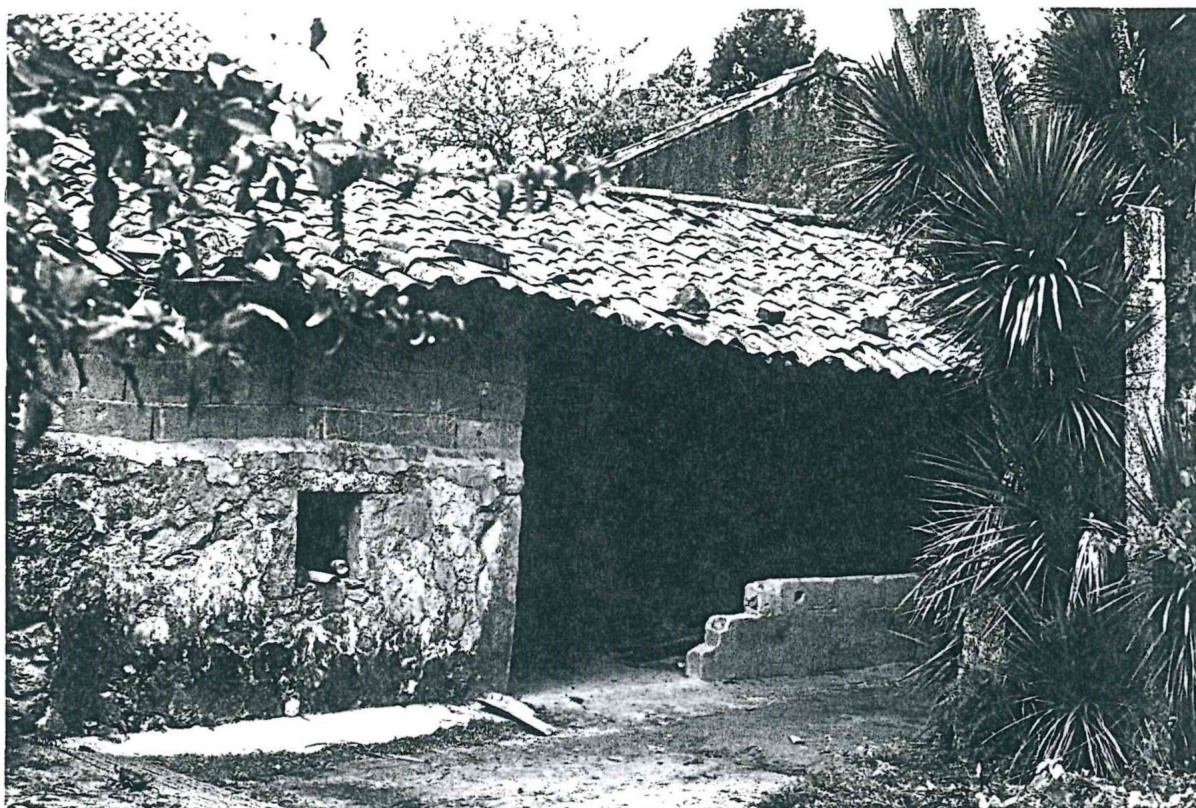
Casa do Carpinteiro - "Anno de 1864 - Rial"



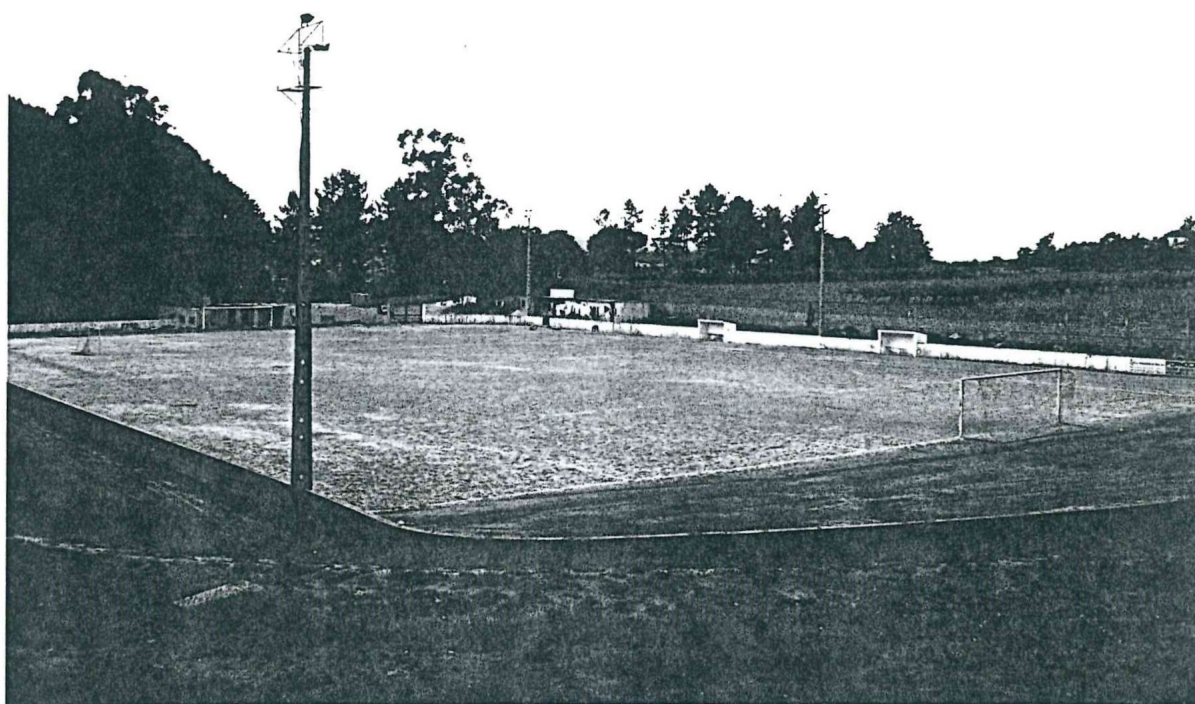
Armazém de Revenda



Comércio - Serviços - Indústria



Local de trabalho de Rosa Ramalho



Campo de Futebol - Os Ceramistas



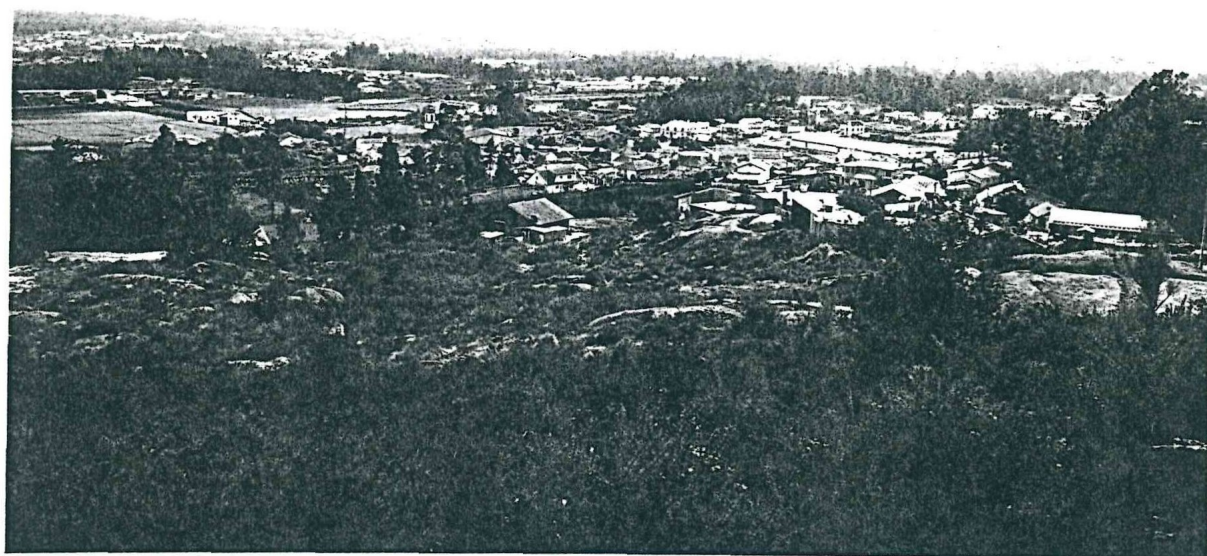
Vista da Capela de Santa Marinha para os lugares da Igreja e Ouro



O Sul da Freguesia visto da Capela de Santa Marinha



O Nascente da Freguesia visto do lugar do Ouro



O Poente da Freguesia visto de um miradouro - Lugar do Ouro

biblioteca
municipal
barcelos



27057

Contributos para uma
monografia de Galegos S
Mart